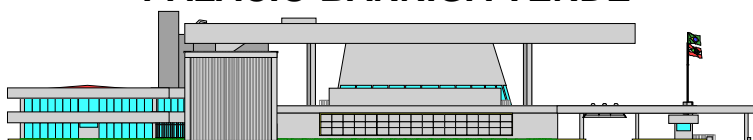


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 6 DE DEZEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.494

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Aldo Schneider
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 118ª Sessão Ordinária realizada em 28/11/2012..... 2 Ata da 014ª Sessão Solene realizada em 28/11/2012 às 19h 14</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa..... 18</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente...21 Portarias.....22 Redação Final.....24</p>
---	---	---

PLENÁRIO

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda a ação que tramita no STF referente aos subsídios dos ex-governadores; pede apoio às Casas Familiares Rurais e do Mar.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Relata visita ao Instituto Catarinense de Cardiologia, ao Hospital Regional de São José e à Maternidade Carmela Dutra.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Cumprimenta o deputado Volnei Morastoni pelo pronunciamento.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Anuncia visita realizada ao deputado Antônio Aguiar no Hospital Sirio Libanês.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se 108ª Reunião Ordinária do Conama; tece comentários sobre a Conferência das Casas Familiares Rurais e do Mar em SC.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do presidente do PT de Navegantes, Luiz Carlos do Nascimento Duarte.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Fala da expectativa da futura administração de Blumenau.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Defende a manutenção das Casas Familiares Rurais; discorre sobre a ação do Fórum Estadual dos Transportadores Rodoviários de Carga em SC.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com a posição do deputado Mauro de Nadal sobre as Casas Familiares Rurais.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Critica o corte de recursos da Educação no Orçamento de 2013; pronuncia-se a favor do resgate da memória de Paulo Stuart Wrieth.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Tece elogios ao encontro promovido pela Unale que tratou da federação e das dívidas dos estados.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discorre sobre o 1º Encontro de Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Drogas em SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Elogia o trabalho desenvolvido pelo deputado Ismael dos Santos.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da redação do PL n. 0364/2008.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443/2011, de sua autoria.

DEPUTADO DADO CHEREIM (pela ordem) - Faz declaração de voto à Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação à Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - à Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - à Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2012, de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Declara o voto à Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Declara o voto à Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0621/2012, que dispõe veto parcial ao PL n. 0013/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0658/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0199/2011, de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0658/2012, que dispõe sobre veto total PL n. 0199/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0658/2012, que dispõe sobre veto total PL n. 0199/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0659/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0253/11, de sua autoria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Faz declaração de voto à Mensagem n. 0659/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0253/11, de autoria do deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação à Mensagem n. 0659/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0253/11, de autoria do deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0683/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0243/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Fala da 21ª edição da Campanha dos 16 Dias de Ativismo
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Enfatiza a importância do fórum: Desenvolvimento, Federação e Dívida dos Estados, realizado pela Unale; comenta matéria veiculada pelo *Fantástico*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados,

venho à tribuna na tarde de hoje para, primeiramente, fazer o registro e o destaque do primeiro ato do presidente do Supremo Tribunal Federal, que foi colocar em pauta, para votação, a problemática discussão referente ao subsídio vitalício dos ex-governadores.

Sr. presidente, tenho sido, ao longo dos meus anos de Parlamento, defensor constante e consistente no que se refere à revogação do art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Chegamos a ter uma audiência com o então presidente do Supremo, ministro Ayres Britto, que, diga-se de passagem, tinha essa como uma das suas três prioridades. Infelizmente, por vários motivos, não consegui colocar na pauta de votação do STF a arguição de inconstitucionalidade desse artigo da nossa Carta Maior.

Tenho, incansavelmente, trazido à tribuna reflexões realizadas em diferentes espaços da nossa sociedade, sempre no sentido de que, de uma forma ou de outra, a Constituição catarinense não continue, em alguns aspectos, sendo uma peça decorativa, mas cumprida de fato.

Não podemos continuar admitindo que tudo valha, que tudo se possa fazer. Não é esse o entendimento, não é assim que temos que tratar a coisa pública, temos que a tratar com seriedade e com determinação, principalmente se envolver recurso público.

É por esse motivo que tenho lutado contra a concessão de subsídio vitalício aos ex-governadores, coisa que acho uma vergonha e que, infelizmente, o nosso estado e outros da federação continuam a pagar. Com esses recursos poderíamos implementar uma série de políticas públicas tão importantes e necessárias para o cidadão.

Espero que o novo presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, de fato coloque em votação o fim do subsídio vitalício aos ex-governadores, porque se trata de um pagamento vergonhoso, totalmente desigual aos demais trabalhadores que contribuem para o Regime Geral da Previdência. Qual é a legitimidade de garantir aos ex-governadores do estado um subsídio vitalício que é um absurdo?!

A segunda questão que quero abordar é a Conferência das Casas Familiares Rurais e do Mar que está sendo realizada na capital, nesta semana, da qual tive a oportunidade, na tarde de ontem, de participar da abertura, evento que reúne mais de 500 jovens que estão debatendo a pedagogia da alternância e trocando experiências, instrumentalizando-se, qualificando-se para melhor desempenhar o seu trabalho.

Falamos seguidamente sobre a agricultura familiar, sobre a agricultura camponesa. Temos em torno de 200 milhões de pessoas em nosso país. No entanto, apenas 30 milhões trabalham na agricultura familiar camponesa. Se as coisas continuarem no mesmo ritmo, em breve teremos pouca gente produzindo alimentos para a sociedade em que vivemos. Se pensarmos na sucessão familiar da nossa agricultura, veremos que, infelizmente, a médio prazo enfrentaremos grandes dificuldades e desafios no setor rural.

É legítima a discussão que é feita nas Casas Familiares Rurais e do Mar, a fim de buscar diferentes parcerias, sejam elas federais, municipais ou estaduais, no sentido de viabilizar o trabalho de formação, capacitação e acompanhamento das famílias rurais e de pescadores. Trata-se de uma reivindicação não só justa, mas fundamental e importantíssima para a continuidade desse trabalho extraordinário que vem sendo feito com muito carinho, com muita atenção, suprimindo as lacunas do poder público, que

deveria ser o grande responsável em manter a nossa juventude rural no seu habitat.

Essa reivindicação é mais antiga, não é de ontem, não é de hoje, já vem de longo tempo. Assim, esperamos que dessa vez possamos garantir recursos no Orçamento do estado e para tanto eu e a minha bancada apresentamos uma emenda para garantir apoio a essa atividade tão importante.

Era isso, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência registra com prazer a presença dos alunos do curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense, Uniplac, de Lages, acompanhados do futuro prefeito Elizeu Mattos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, hoje pela manhã continuamos a visita aos hospitais. Fomos ao Instituto Catarinense de Cardiologia, ao Hospital Regional São José e ao Hospital Maternidade Carmela Dutra. E o que constatamos? A repetição do cenário encontrando no Hospital Infantil Joana de Gusmão e no Hospital Celso Ramos. Ou seja, o principal problema dos hospitais públicos de Santa Catarina é a falta de pessoal, a carência de recursos humanos.

No Instituto Catarinense de Cardiologia são necessários, no mínimo, mais seis anestesistas, nove cardiologistas, 50 técnicos de enfermagem, 15 enfermeiros e dez técnicos administrativos. O Hospital Regional São José recebeu 500 servidores novos, ou seja, um aporte significativo. E como o deputado Sargento Amauri Soares levantou várias vezes, qual foi o critério utilizado pela consultoria contratada pela secretaria de estado da Saúde, que procedeu a uma auditoria nos hospitais? Ela deu essa orientação baseada em que critérios? Por que lotar todos os 500 servidores contratados num só hospital, se há falta de pessoal em todas as unidades hospitalares?

Poderia ter sido adotado outro critério até para aliviar temporariamente a situação dos demais hospitais, até que fossem contratados outros servidores para, de uma forma mais equilibrada, distribuí-los com racionalidade.

Com relação à Maternidade Carmela Dutra, registramos a necessidade de 174 técnicos de enfermagem, sete médicos obstetras e pediatras e 30 enfermeiros. Portanto, essa situação é perfeitamente previsível. Os governos, o passado e o atual, tiveram tempo para prever. As aposentadorias, as licenças de saúde são situações perfeitamente previstas, no sentido de que os recursos humanos possam ser providenciados em tempo. Mas aqui está uma demonstração da falta de gestão, da incompetência na gestão, deliberadamente ou não, inconscientemente ou propositalmente para criar um caos na saúde. E qual o objetivo desse caos? Por que os gestores premeditariam uma situação como essa? Na verdade a greve é apenas um pretexto que o governo usa, mas é um momento que torna essa realidade do descaso evidente.

Portanto, os servidores da Saúde de Santa Catarina estão até prestando um serviço relevante e de utilidade pública para o povo catarinense, no sentido de alertar definitivamente sobre uma situação insustentável. Por quê? O depoimento que mais me impressionou, dos muitos que ouvimos nesses dois dias, foi durante a visita à Maternidade Carmela Dutra.

Uma pediatra, plantonista da UTI neonatal, que há 12 anos trabalha naquela unidade, declarou emocionada que problemas sempre houve na saúde, mas que nunca viu, nunca sentiu uma sensação de tanto abandono, uma verdadeira sensação de abandono total nos dois últimos anos. Abandono!

Na verdade, essa é a palavra que poderíamos somar à falta de vontade política, à ineficiência de gestão para qualificar essa situação que encontramos na Saúde em Santa Catarina!

No Instituto de Cardiologia, por exemplo, o principal problema, depois da falta de pessoal, é que os pacientes ao serem internados para um procedimento cirúrgico chegam a ficar de dois a três meses internados esperando pela cirurgia! Por quê? Porque terminado o número de cirurgias que podem ser feitas por semana, por mês, elas acabam sendo reduzidas a menos da metade. Foi o que declarou o diretor do Instituto Catarinense de Cardiologia.

Porém, num passado não muito distante, no mínimo 40 cirurgias cardíacas de grande porte eram realizadas por mês. Hoje são realizadas 20, 15, 12 ou até menos. Só há uma sala de hemodinâmica. E olha que o Instituto Catarinense de Cardiologia é referência para todo o estado. O custo não é nada extraordinário para ter uma segunda sala de hemodinâmica, que é absolutamente necessária a procedimentos como, por exemplo, o cateterismo.

Existe uma sala de reanimação desde que foi construída aquela unidade, mas jamais foi aberta, jamais foi utilizada. É uma sala de reanimação para pacientes que chegam com parada cardíaca em situação grave. A sala nunca foi utilizada e está trancada com um cadeado por falta de pessoal.

A emergência do Instituto de Cardiologia mesmo que a greve termine amanhã, não tem condições de voltar à normalidade por falta de pessoal, por falta de equipamentos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Volnei Morastoni, acho que o Ministério Público deveria se manifestar da mesma forma que se manifestou em relação aos grevistas, para que esse centro seja colocada em funcionamento. E com certeza essa sala de reanimação que até hoje não foi usada deve estar sendo guardada para reanimar o estado da parada cardíaca e da letargia em que se encontra. Provavelmente é para isso.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sim, é isso, exatamente, deputado Jailson Lima. Concordo plenamente com v.exa.

Sr. presidente, para concluir, quero manifestar os meus agradecimentos aos deputados Sargento Amauri Soares, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, Angela Albino e Serafim Venzon que nos acompanharam nos dois dias de visita.

Hoje à tarde estaremos ultimando o relatório dessas visitas e o ofício que queremos que os deputados que acompanharam as visitas subscrevam, para que possamos protocolá-los no gabinete do governador, pedindo urgentemente a reabertura das negociações para pôr fim à greve e dar à saúde a prioridade que ela merece.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopesla, quero dar uma informação para os deputados e funcionários desta Casa.

Ontem estive em São Paulo visitando o nosso colega Antônio Aguiar, que está internado no Hospital Sírio Libanês, onde foi operado de um tumor de papila no pâncreas, que é um tumor considerado grave. Ele ainda está icterício, perdeu peso, o que é bom para a sua saúde. O procedimento cirúrgico durou mais de dez horas e foi realizado por um dos mais brilhantes cirurgiões deste país.

Conversei com a equipe médica e o mais importante é que todo o tumor foi ressecado, a ponto de ele não necessitar nem de radioterapia nem quimioterapia, deputado Serafim Venzon, que é uma coisa rara nesse tipo de tumor.

Fiquei em torno de quatro horas com ele e levei o abraço de todos os deputados. Neste ano logicamente não poderá mais voltar a trabalhar, mas sei que os seus eleitores, o povo de Canoinhas e da região, irão compreender. No ano que vem, contudo, estará em ponto de bala para voltar ao nosso convívio.

Assim, duas vezes por ano esta Casa comemorará o nascimento do deputado Antônio Aguiar: uma vez na data do seu nascimento e outra vez no dia da sua cirurgia. Estávamos aflitos com sua saúde, em função do tipo de tumor, mas estamos tranquilos diante da sua recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, e tenho absoluta certeza de que o desejo dos 39 deputados é pela recuperação imediata do deputado Antônio Aguiar.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero dar continuidade à fala do deputado Volnei Morastoni, pois acompanhamos as visitas aos hospitais no dia de ontem, mas hoje não foi possível devido a outros compromissos.

Queremos fazer um apelo, um pedido: não há outro caminho a não ser a volta ao diálogo. O sindicato, em nossa avaliação, fez a sua parte, deu um prazo. Como não veio proposta, não se abriu o diálogo, criou-se esta situação.

Por isso, quero me somar ao deputado Volnei Morastoni, que representa tão bem a nossa comissão de Saúde, que tem feito um trabalho extraordinário e tem representado muito bem a bancada do Partido dos Trabalhadores.

A ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira, abre nesta quarta-feira, dia 28, a 108ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. Na ocasião serão assinados acordos de cooperação técnica com 11 estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Sergipe, Ceará, Espírito do Santo e Rio Grande do Sul, para a implantação do cadastro ambiental rural. É uma nova forma de fazer o cadastro ambiental para a agricultura, em especial a Agricultura Familiar.

Quero ressaltar esse tema porque preciso cobrar da Fatma e do governo do estado o porquê de Santa Catarina não estar entre os estados contemplados, uma vez que, sr. presidente, nosso modelo tem a característica de pequenas propriedades rurais e de agricultura familiar. Informação extraoficial

dá conta de que o estado não terminou as tratativas e o encaminhamento para estar na lista.

Mas o que é esse cadastro ambiental rural? Todas as propriedades de até quatro modos fiscais precisam fazê-lo, pois é uma nova forma de estar em dia com as questões ambientais. Pelo código antigo, a averbação da reserva legal registrada em cartório era o documento hábil para tanto, mas sua burocracia dificultava tudo. Agora é mais simples e é bom que se ressalte essa conquista em termos de menor custo, de desburocratização e de economia de tempo para a agricultura familiar. O ministério do Meio Ambiente coloca à disposição dos estados e municípios, sem custos, fotos de satélite com alta resolução, que chegam até cinco metros, necessárias ao cadastro ambiental rural.

Então, queremos que o presidente da Fatma, Murilo Flores, explique por que nosso estado não está nessa lista para começar a fazer o cadastro ambiental rural. Precisamos tratar com a Corregedoria de Justiça de Santa Catarina, que continua exigindo dos cartórios a averbação da reserva legal, a mudança de exigência, porque é o que determina o novo Código Florestal.

Então, houve uma grande redução de custos, srs. deputados, para os agricultores e essa é uma conquista fantástica. É importante dizer que pelos dados do IBGE e do levantamento agropecuário de Santa Catarina, mais de 95% das propriedades rurais de Santa Catarina não mais precisarão fazer a reserva ambiental rural, mas apenas o cadastro ambiental rural.

Para terminar, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã participamos da Conferência das Casas Familiares Rurais e do Mar, que ocorreu no auditório Antonieta de Barros, onde havia mais de 500 agricultores, agricultoras, educadores, alunos e lideranças.

Na abertura do evento eu disse aos pais presentes, que têm uma vida dedicada à sua propriedade, à organização da sua propriedade, e que ficam muito preocupados que os filhos saiam do campo, que mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores brasileiros vêm da agricultura familiar. Disse ainda que espero que a base do governo acate duas emendas de nossa autoria ao Orçamento de 2013, que destinam recursos à manutenção das Casas Familiares Rurais e do Mar, assim como a construção de novas casas no estado.

É bom lembrar que o Paraná, estado vizinho, destina recursos para fortalecer as suas Casas Familiares Rurais e Santa Catarina deveria fazer o mesmo, a fim de preparar melhor a sua juventude para continuar na agricultura familiar.

Sr. presidente, além dessas duas emendas, fizemos outras referentes à produção de alimentos orgânicos agroecológicos, a fim de melhorar a saúde da nossa população, que consumirá mais produtos saudáveis, livres de agrotóxicos. Essa é uma demanda das reuniões do Orçamento Regionalizado e deve ser incluída como política pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Presidente, gostaria de fazer o registro da presença do presidente do Partido

dos Trabalhadores do município de Navegantes, Luiz Carlos do Nascimento Duarte, conhecido como Luizinho, que foi nosso candidato a prefeito naquele município e que apesar de não ter sido eleito, é uma grande liderança daquela terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses, quero cumprimentar, muito carinhosamente, os alunos da 4ª e 5ª séries do Sesi de Brusque, que vieram fazer uma visita a esta Casa. Aliás, os colégios municipais daquele município vieram fazer-nos uma visita pelo fato de terem no seu currículo escolar o estudo de como funciona os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quero cumprimentar o presidente da Câmara Municipal de Brusque, dr. Celso da Silva, e o vereador do PP, Edson Müller, conhecido como Edson Pipoca, que veio a esta Casa pedir apoio, especificamente, deste deputado, para marcar uma audiência com o secretário da Segurança Pública, César Grubba, a fim de solicitar que seja melhorado o efetivo policial de Brusque, uma cidade que hoje tem mais de 100 mil habitantes. Próximo a Brusque há os municípios de Guabiruba, com aproximadamente 20 mil habitantes, e Botuverá, com cinco mil habitantes. Quer dizer, somente Brusque, Botuverá e Guabiruba ultrapassam a casa dos 140 mil habitantes.

Havia naquele município 93 policiais. Com as aposentadorias, esse contingente diminuiu para 74 policiais. Por isso, a Câmara Municipal está-se organizando, juntamente com outras entidades, para pedir ao governador, aproveitando a formatura de 400 policiais militares, que destaque alguns desses formandos para a Regional de Brusque.

Quero ainda cumprimentar o prefeito eleito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que recebeu a família tucana no sábado passado, dia 24 de novembro.

O PSDB tem hoje, em Santa Catarina, 27 prefeitos, 31 vice-prefeitos e 330 vereadores. Se somarmos a população dos municípios onde elegemos prefeitos, incluindo aí o coronel Ivon de Souza, de Palhoça, e de Clésio Salvaro, de Criciúma, considerando o resultado do TSE e do Supremo Tribunal, o PSDB tem aproximadamente 700 mil eleitores. Nesse sentido, o PSDB é a terceira grande força político-partidária do estado, apesar de ter menos prefeituras do que o PP e o PT, por exemplo.

A visita a Napoleão Bernardes em Blumenau significou uma saudação ao prefeito eleito e aos vereadores, como também serviu para mostrar a cada filiado, a cada diretório, a cada candidato que o que aconteceu em Blumenau pode acontecer em qualquer município. Ou seja, havendo vontade, desejo, sabendo comunicar-se e levando aos eleitores projetos concretos, a população dá uma resposta positiva.

Então, a história da eleição de Napoleão Bernardes, que de certa maneira surpreendeu todos os catarinenses, até em função das pesquisas, certamente pode acontecer em todas as cidades de Santa Catarina. A deputada Ana Paula Lima também participou daquela grande festa democrática, a quem parabeno.

Há alguns dias comentava que em 2000, quando o prefeito de Blumenau era Décio Lima, na ocasião a deputada Ana Paula

Lima já era deputada estadual, Blumenau apresentou para o governo federal um projeto de empréstimo de R\$ 21 milhões, chamado de Agenda 21 ou de Século 21, que consistia basicamente na pavimentação do corredor de ônibus, que já era grande. Como ele era do PT, o presidente era Fernando Henrique Cardoso e como eu, na ocasião, era do PDT, mas muito amigo do prefeito Décio Lima e de alguns assessores, o prefeito pediu que eu intercedesse, pedindo que o governo federal realizasse a referida pavimentação. O presidente Fernando Henrique respondeu que não estava atendendo ao prefeito, mas à população de Blumenau, que merecia.

Passados 12 anos, criou-se uma situação exatamente inversa: a presidente é do PT, o prefeito de Blumenau é do PSDB e Décio Lima é deputado federal pelo PT e seguramente poderá ajudar o povo de Blumenau, liberando recursos para realizar obras importantes para a população blumenauense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, quero destacar esse evento importante que está acontecendo desde ontem em Florianópolis, que é a Conferência das Casas Familiares Rurais e do Mar do estado de Santa Catarina.

O deputado Dirceu Dresch fez menção, há poucos instantes, sobre o assunto, mas não tive oportunidade de ouvir a íntegra do seu discurso.

De qualquer maneira, quero também destacar a importância desse evento, que permite que façamos uma avaliação, juntamente com alunos, pais, monitores e professores, do trabalho que vem sendo realizado pelas Casas Familiares Rurais e do Mar em Santa Catarina e, acima de tudo, fazermos uma avaliação estrutural e conjuntural de como essas escolas estão conseguindo manter suas atividades sem ter uma significativa participação por parte do governo do estado. Até porque fizemos, no ano passado, um trabalho dessa mesma natureza e demos a oportunidade para o coordenador estadual se manifestar acerca das necessidades das escolas para manter suas atividades e para conseguir abrir mais vagas para novos alunos.

Naquela ocasião vários questionamentos foram elencados pelo presidente estadual e apresentados ao presidente da comissão de Educação que, prontamente, fez o encaminhamento de todas as reivindicações ao secretário de estado da Educação e ao secretário de estado da Agricultura. Daquele momento até então, todas as conversas direcionadas a encontrar uma alternativa para que as Casas Familiares Rurais possam honrar os seus compromissos não conseguiram avançar.

Hoje pela manhã essa discussão teve uma amplitude a ponto de conseguirmos a presença do secretário adjunto da Agricultura e também da chefe de gabinete do secretário de estado da Educação, para tentarmos convergir alguns itens e avançar. Acredito que na semana que vem o governador do estado receberá a comitiva que trata desse importante tema e que busca a parceria do estado para as Casas Familiares Rurais, que entendemos como muito importantes na formação dos jovens, pois além de passar-lhes a parte técnica e prática, que é

aplicada nas propriedades com os seus familiares, eles tomam gosto pela atividade rural e conseguem conciliar o momento do estudo com suas atividades laborais, o que é muito importante.

Com isso vamos conseguir atender àquilo que é discurso de muitos colegas aqui deste Parlamento, que é a busca de alternativas para que os agricultores possam continuar produzindo e entender que a agricultura é uma grande fonte de renda também. Essa é uma alternativa que, além de levar o conhecimento, permite que os jovens agricultores possam interessar-se ainda mais em continuar produzindo alimentos neste país.

Às vezes nos entristecemos um pouquinho porque os pequenos municípios que têm a atividade agrícola como base de sustentação econômica não recebem do governo do estado o apoio necessário em essas escolas que têm um papel social fundamental. E entristece ainda mais quando temos vemos, no interior dos nossos municípios, escolas que prestam um grande serviço no ensino médio e fundamental fecharem suas portas, fazendo com que os alunos sejam transferidos para o centro da cidade. Exemplo disso foi o que aconteceu na semana passada, no interior dos municípios de Saudades e Sul Brasil. O interior tem suas peculiaridades, e o aluno que lá estuda acaba ficando com os seus familiares e montando por lá seu projeto de vida. Mas quando essas escolas fecham as suas portas e os alunos têm que migrar para centros maiores para buscar conhecimento, com certeza não retornarão para o interior, porque a vida da cidade tem algumas facilidades e atrativos muito diferentes.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Prezado deputado Mauro de Nadal, esse assunto que v.exa. tra à tribuna desta Casa é extremamente importante porque diz respeito aos segmentos organizados da sociedade catarinense, nesse caso as Casas Familiares Rurais. Trata-se de entidades que se auto-organizam, buscam seus encaminhamentos e praticamente independem de recursos públicos, até porque os municípios podem fazer muito pouco e o estado não tem a prática de participar financeiramente da sua manutenção.

Conheço uma casa rural no município de Rio do Sul, que atende a todos os municípios do vale do Itajaí e teve a oportunidade de conviver com os seus alunos. Acho que é um segmento importante, principalmente porque vai ao encontro de um dos compromissos do governador Raimundo Colombo.

A Casa Familiar Rural nada mais faz do que preparar o jovem para a lida na agricultura. E acima da questão da lida na agricultura, há a capacidade de organização, o que pode e o que não pode ser feito e o respeito pela rural.

Entendo que é importantíssimo ser parceiro desse projeto e gostaria de me solidarizar com v.exa. e acrescentar no seu discurso a minha manifestação no que tange à solicitação junto à secretaria de estado da Agricultura de que no Orçamento Geral do Estado seja definido um percentual, 1%, 1,5%, para a manutenção das Casas Familiares Rurais por toda Santa Catarina.

Muito obrigado pela concessão do espaço!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, pois foram muito oportunas as suas colocações.

No estado do Paraná as Casas Familiares Rurais estavam com os mesmos problemas e a alternativa adotada foi justamente a secretaria de estado de Educação absorver todas elas, preservando a sua forma e o seu sistema de gestão, porém com recursos do estado. E lá está dando certo. Quem sabe aqui seja esse o modelo a ser adotado.

Na semana que passou, srs. deputados, implantamos o Fórum Estadual dos Transportadores Rodoviários de Carga em Santa Catarina. Esse fórum, como frisei em outras oportunidades, é fruto da paralisação dos caminhoneiros feita no início deste ano, quando reivindicaram ao governo federal que adaptasse a Lei n. 12.619, que regulamentou a atividade do transportador rodoviário de carga do nosso país.

Nessa reunião de implantação também pudemos ouvir as entidades que representam a categoria. Estiveram presentes os representantes do Movimento União Brasil Caminhoneiro, trazendo as suas sugestões. Porque esse tema tem sido pauta de discussão em todas as entidades que representam a categoria, pelos impactos que a lei gera em toda a cadeia produtiva e não somente ao transportador, mas também àquele que está produzindo lá na ponta.

No momento em que discutimos esse tema, tivemos a participação de um representante da Cooperativa Central Oeste Catarinense, Aurora Alimentos, que colocou, com muita clareza e brilhantismo, os verdadeiros impactos que essa lei vai causar a toda a cadeia produtiva, desde o momento em que o produto sai do interior até chegar à indústria e à distribuição para o mercado.

Naquela ocasião foi repassado, grosso modo, ao fórum que o impacto da entrada em vigor dessa legislação representa em torno de 30% de aumento, quer seja lá no início onde se retira o produto da agricultura - aumento de motorista, aumento de caminhões -, quer seja lá no produto final, na hora de chegar ao mercado. São 30% a mais de motorista, 30% a mais de caminhões nas estradas.

E aí vem aquela pergunta: nós temos estradas para conseguir aumentar em 30% o número de caminhões para transportar a mesma produção que hoje estamos transportando? A verdade é que não temos, porque é do pleno conhecimento de todos os pares desta Casa e da sociedade que não temos infraestrutura para receber ainda mais caminhões nas estradas. Precisamos reestruturar a malha viária brasileira para poder atender a essa legislação.

Assim, depois de ouvirmos essas entidades, vários encaminhamentos foram colhidos e serão levados a Brasília, ao Congresso Nacional. O fórum nacional dará oportunidade para que os estados, através dos fóruns estaduais, levem as suas reivindicações, para que juntos possamos moldar essa legislação à realidade nacional, a fim de que ela atenda aos objetivos para os quais foi aprovada.

Dentre os itens que fizeram parte da discussão da categoria, alguns foram consenso entre os presentes:

- ✓ Reduzir de 11 horas para oito horas o tempo de descanso após 24 horas de trânsito do caminhão;
- ✓ Diminuir o descanso semanal obrigatório de 36 horas para 25 horas;
- ✓ Abdicar da parada obrigatória de meia hora se a carga estiver até duas horas do destino;
- ✓ Permitir o descanso do caminhoneiro na sua casa, caso ela fique a até 150k da rodovia.

O importante de tudo isso, sr. presidente, é que nenhum deles é contra a entrada em vigor dessa norma, desde que ela seja ajustada para atender a essas necessidades da categoria. E o ponto principal foi que o governo federal e os governos estaduais, antes que a lei entre em vigor, adêquem, reestruem suas rodovias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sra. presidente estimados deputados e deputadas, catarinenses que acompanham essa sessão, gostaríamos de abordar no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores a nossa preocupação em relação àquilo que alguns estão chamando de "tesourada na Educação", que foi a edição do Decreto n. 1.266, de 23 de novembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 26 próximo passado, decreto esse que fez um corte de R\$ 37,6 milhões dos recursos destinados à secretaria de estado da Educação, assim distribuídos:

- ✓ R\$ 9,6 milhões da valorização do ensino e sistemas de avaliação do desempenho educacional;
- ✓ R\$ 3 milhões da valorização do ensino da certificação dos profissionais da educação;
- ✓ R\$ 7 milhões da educação básica para reaparelhamento das unidades escolares;
- ✓ R\$ 8 milhões de construção, ampliação e reforma de unidades do ensino profissional; e
- ✓ R\$ 10 milhões da distribuição de alimentação escolar aos alunos da rede básica.

Nós ficamos preocupados com isso porque, em que pese à destinação desses recursos, certamente são áreas que precisam, mas tirar recursos da Educação no momento em que se discute exatamente o contrário é, no mínimo, estranho, esdrúxulo.

Tramitam nesta Casa, inclusive, duas emendas constitucionais tratando do financiamento para a Educação, emendas estas que propusemos com o apoio de outros deputados. Uma delas trata da elevação do percentual de 25% para 30% dos gastos com a Educação.

Há toda uma discussão sobre a aplicação do piso nacional na carreira dos servidores do Magistério. Existem questões que foram tratadas nos últimos tempos, especialmente no ano passado e neste ano, e que não foram resolvidas. E justamente agora o governo resolve cortar recursos dessa área tão sensível.

Outra PEC que tramita nesta Casa, de nossa autoria e que tem como relator o deputado José Nei Ascari, propõe que os recursos usados para o pagamento dos inativos do Magistério não sejam somados aos 25% da Educação, o que garantiria imediatamente mais recursos para a área.

Nós estamos levantando mais uma vez esse assunto e apelando no sentido de chegar a um entendimento e aprovar essas duas emendas, a fim de garantir mais recursos para a Educação.

Não há país que se desenvolva se não houver grandes recursos destinados à educação. Agora, inclusive, discutem-se os royalties do petróleo e há a proposta de que sejam destinados à Educação e assim deixar um legado para as gerações futuras. Seria muito importante que isso acontecesse.

Sobre esse assunto, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, era essa a minha manifestação.

Estou vendo algumas pessoas portando um cartaz relativo a Paulo Stuart Wright, ex-deputado desta Casa, cassado de forma injusta pela ditadura e dado como desaparecido político até hoje.

Gostaria de fazer um comentário sobre ele e sobre a reivindicação da manutenção de seu nome na rodovia cuja lei para aprovação passou por esta Casa e posteriormente foi revogada através de outro projeto de lei. Na ocasião dessa discussão, eu mesmo, em algumas manifestações, disse que seria injusto tirar o nome de Paulo Stuart Wright, muito embora houvesse argumentos de que poderia ser feita uma homenagem de maior envergadura.

Há alguns anos, quando tive a oportunidade de presidir esta Casa, trouxe o pastor Jaime Wright, irmão de Paulo Stuart Wright, e um dos organizadores do livro que trouxe à tona muitas questões que ocorreram no período da gestão militar no país. Fizemos, inclusive, a abertura de um cofre que estava há anos fechado e que continha o processo de cassação de então deputado estadual Paulo Stuart Wright.

Fizemos um ato de abertura; fizemos um memorial no *hall* denominado Memorial Paulo Stuart Wright, memorial esse que desapareceu. Sei que houve reforma nesta Casa, mas o memorial não poderia ter sumido. Parece que a sina de Paulo Stuart Wright é ter as coisas a ele relacionadas não aceitas de forma pública ou pelo menos é o que se percebe.

Dessa forma, além de mantermos o veto que garante a manutenção do nome de Paulo Stuart Wright na rodovia, é oportuno que façamos um resgate, deputado Gelson Merisio, agora v.exa. é o presidente, não era naquele período a que estou referindo-me, no sentido de descobrir por que o setor que instituímos como Memorial Paulo Stuart Wright tenha sido fechado e tenham desaparecido, inclusive, os documentos aos quais demos publicidade na época.

Acho que é o mínimo que esta Casa pode fazer para resgatar um pouco mais da memória, um pouco mais da história de um parlamentar que pertenceu a este Parlamento. Dizem alguns que agora nenhum ato poderá desfazer o erro do passado. Não, não vai desfazer o erro histórico, mas um ato de reconhecimento dá um alívio àqueles que lutaram, aos seus familiares ou para quem acredita na democracia.

Então, minha solidariedade a todos aqueles que lutam por essa causa e pela memória de Paulo Stuart Wright.

Muito obrigado, sra. presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, líder do PP nesta Casa, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas, na última sexta-feira, dia 23, tivemos neste plenário um encontro promovido pela Unale, da qual o presidente é o nosso correligionário, deputado Joares Ponticelli.

Quero, neste momento, reconhecer o debate relevante que houve nesta Casa, que

contou com a participação de deputados de muitos estados brasileiros, com palestrantes de profundo conhecimento sobre os temas abordados, em especial a federação e a dívida dos estados, o que nos remeteu a fazer uma grande reflexão.

Temos a convicção de que deve haver vontade política no Congresso Nacional e no governo federal para alterar a legislação brasileira no que diz respeito à federação existente, na qual a cada dia há mais concentração de recursos e de decisões impostas aos estados e municípios brasileiros, penalizando-os sobremaneira. De algum modo estão levando estados e municípios a acatar leis que geram mais despesas, que aumentam suas responsabilidades. Exemplo disso é a lei que impõe o piso mínimo de determinadas categorias. Além disso, não alteram as leis no sentido de repassar mais recursos aos municípios e estados.

Fala-se muito da reforma tributária, da reforma política, mas elas não acontecem porque não há vontade política. No entanto, se não houver uma mudança no sistema tributário vigente, dificilmente vamos conseguir avançar, desenvolver este país como um todo.

O governo federal tomou a iniciativa de reduzir impostos para determinados produtos ou atividades. Temos que reconhecer que isso foi bom num determinado sentido, mas em outro retirou ainda mais receita dos municípios e dos estados.

É justo e meritório que se reduzam os impostos, mas mais justo seria se fizessem a reforma tributária, o que diminuiria a carga tributária para todos os cidadãos brasileiros, porque quem mais paga imposto no país é aquele que ganha menos, pois não existe tributação sobre o patrimônio. Dessa forma, aquele que consome é quem paga imposto.

Em Santa Catarina fiz essa crítica no sentido construtivo, tanto é que alteraram algumas legislações e os municípios agora têm uma participação do total do ICMS, que corresponde àquele valor do Prodec que era um incentivo às empresas. Foram reconhecidas essas falhas e os municípios já estão recebendo.

Portanto, no âmbito federal é necessário que se faça a correção das distorções, porque senão cada vez mais vamos penalizar os municípios, os estados e, conseqüentemente, a população.

Srs. deputados, acredito que esse debate que tivemos na última sexta-feira, promovido pela Unale, foi muito benéfico em todos os sentidos. Espero que esse encontro propicie outros momentos como aquele, a fim de que o Congresso Nacional e também o Executivo Federal se sensibilizem e façam as reformas que o Brasil tanto precisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, ocupamos este momento do partido, com a permissão do nosso líder, deputado Darci de Matos, primeiramente, para saudar os que fazem uma justa homenagem a Paulo Stuart Wright.

Tive a oportunidade de, quando adolescente, ler a biografia de Paulo Stuart Wright, sobre a qual me interessei porque os pais dele eram missionários metodistas e a minha ligação evangélica acabou atraindo-me para conhecer sua caminhada, desde quando

iniciou lá na região de Joaçaba, depois vindo comandar o sindicato dos pescadores.

Mas, sra. presidente, chamou-me particularmente a atenção um fato histórico, deputado Darci de Matos: o deputado Paulo Stuart Wright foi cassado por esta Casa por falta de decoro parlamentar, porque não usava gravata. Trata-se, pois, de um fato folclórico, pitoresco, acho até que inédito no Brasil, deputado Padre Pedro Baldissera. A ditadura buscou um subterfúgio para perseguir o combativo deputado Paulo Stuart Wright.

Nossa homenagem e nossa defesa ao nome de Paulo Stuart Wright por tudo que ele simboliza: determinação, ousadia e visão de sociedade justa e fraterna.

(Palmas das galerias)

Sra. presidente, srs. deputados, preciso fazer, nesta tarde, o registro do evento ocorrido ontem, nesta capital, no Oceania Park Hotel, nos Ingleses, que teve 530 inscrições, deputada Ana Paula Lima. Quero, inclusive, agradecer a sua presença representando o Parlamento no 1º Encontro de Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Drogas no Estado de Santa Catarina, numa parceria da Frente Parlamentar desta Casa e das secretarias de estado da Justiça, da Segurança, da Educação, da Saúde e da Assistência Social. Foi uma noite memorável, histórica, sendo que os trabalhos prosseguem no dia de hoje.

Na tarde de hoje os trabalhos serão divididos em cinco ou seis eixos temáticos. O debate será concluído amanhã pela manhã, numa proposta de um pacto entre o governo do estado e a sociedade civil organizada, no sentido de fortalecermos as políticas públicas nesses quatro eixos que entendemos elementares para combater o flagelo das drogas: prevenção, repressão, reabilitação e reinserção social.

E preciso citar o especial trabalho feito pelo Proerd e pela própria secretaria de Educação na prevenção, todo o aparato da Segurança Pública com vistas à repressão, e uma parceria inédita, se Deus quiser, em janeiro de 2013, entre as ONGs e o governo do estado para o financiamento de vagas para reabilitação de dependentes químicos.

Tenho dito sempre que existem mais de 100 comunidades terapêuticas que, de uma forma voluntária, praticamente no anonimato, têm feito esse trabalho nas diferentes regiões de Santa Catarina. Mas, se Deus quiser, repito, com um decreto do governador poderemos ter um edital de convocação para a parceria com as comunidades terapêuticas, como já o fez o governo federal.

Quanto ao quarto eixo, que é o da ressocialização, buscamos, sim, que o dependente químico, depois de passar por um programa numa comunidade terapêutica de seis a nove meses, possa, deputado Darci de Matos, ter condições de ressocializar-se. E quero parabenizar v.exa. que recentemente lançou um livro na área de prevenção às drogas e sabe o desafio que é termos de fato uma pactuação entre o governo do estado e a sociedade civil organizada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Ismael dos Santos, mais uma vez quero parabenizá-lo pela condução excepcional da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas em Santa Catarina, pelas audiências públicas que realizou no interior do estado, pelo material que elaborou com sua equipe e o trabalho que tem executado.

No dia de ontem e de hoje também, deputado Ismael dos Santos, aconteceu o

congresso das casas e instituições de recuperação de dependentes químicos aqui em Florianópolis, juntamente com o governo do estado. V.Exa. participou desse evento e tem autoridade na matéria porque mantém há muito tempo uma casa de recuperação de dependentes químicos em Blumenau. Portanto, faz parte da sua trajetória de vida esse trabalho.

Normalmente essas casas sempre estiveram somente nas mãos de voluntários e de igrejas, mas agora receberão recursos públicos federais e estaduais para subsidiar algumas vagas, até porque é fundamental, já que o dependente químico é um doente e como tal o poder público tem que lhe dar condições de recuperação.

A droga é o mal do século, é uma bomba relógio, é a origem de quase 100% da violência no Brasil. Logo, temos que fazer uma verdadeira cruzada para vencer essa guerra e, se Deus quiser, nós a venceremos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, e quero ratificar minha gratidão, não apenas ao governador Raimundo Colombo, que se fez presente ontem e assumiu o compromisso público dessa parceria, mas também ao ministério da Saúde, deputada Ana Paula Lima, que esteve presente através da diretora de Saúde Mental, assim como da Senad - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas -, com o diretor de Políticas Estratégicas, dr. Robson Robim da Silva, que deu sua contribuição ao debate.

Hoje pela manhã, tivemos a presença do subsecretário de Políticas sobre Drogas, dr. Clóvis Eduardo Benevides, que muito enriqueceu o debate proposto, para que possamos de fato desenhar uma linha mestra de políticas públicas de combate e prevenção às drogas no estado de Santa Catarina.

Por fim, convido os srs. deputados, especialmente os membros da Frente Parlamentar de Combate às Drogas, para o encerramento do evento, que será amanhã pela manhã, deputado Darci de Matos, quando faremos a assinatura do manifesto final que será encaminhado ao Poder Executivo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos.

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

A presente sessão será suspensa até as 16h, quando será reaberta na Ordem do Dia. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0225/12.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0318/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação do Projeto de Lei n. 0364/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Srs. deputados, a orientação do governador é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0445/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0525/2011, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Manoel Mota.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Conforme entendimento dos srs. líderes todas as matérias que foram solicitadas para hoje serão votadas hoje, entre as quais esta que foi lida.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim", mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Pergunto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apresentei um projeto em 2007 que tratava da transparência na questão das notas fiscais, a obrigação de nelas constarem explicitamente os impostos que estavam sendo pagos.

Era um projeto muito interessante, mas capotou. Foi para as comissões, a CCJ afirmou que era inconstitucional e acabou arquivado. Contudo, agora o Congresso Nacional está aprovando matéria nesse sentido. Lá pode e está tudo certo.

Agora dei entrada nesse projeto aqui e estão ensaboando faz tempo. Vai, volta, é para ser votado, não é para ser votado. Já expliquei umas três quatro vezes da tribuna e tive a oportunidade de explicar pessoalmente a vários deputados. É uma coisa interessante. A ideia é simples: a criação de um cadastro estadual para que o consumidor diga explicitamente que não quer receber ligações de *telemarketing*. Entretanto, mais uma vez trombamos nas questões constitucionais. Não entendo. São advogados, são juristas tanto aqui como lá. Aqui é constitucional, tudo certo. Aprova-se tudo direitinho. Vai para o governo do estado e lá é considerado inconstitucional.

Eu não sou jurista, especialista, mas é um desencontro de opiniões bastante interessante no meio jurídico, inclusive porque um poder diz que é legal e o outro diz que é ilegal.

Vou submeter à votação, vou fazer o quê? Não vou ficar aqui ensaboando isso por mais tempo. Vai e volta, vai e volta. Vamos submeter à votação e vamos ver.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Deputado Nilson Gonçalves, quero, não como companheiro de bancada, abrir meu voto pela derrubada do veto, porque entendo que seu projeto é meritório, já que não existe coisa mais incômoda, mais abusiva do que esse pessoal de *telemarketing*, que entra na sua casa sem pedir licença. Eles ligam para sua casa a qualquer hora e dia oferecendo vários tipos de serviços ou mercadorias, o que é um abuso! E o cidadão fica à mercê desse tipo de situação, porque toca o telefone na sua casa, ele atende e muitas vezes vem aquela conversa fiada desagradável, em momentos inoportunos.

Eu acredito, deputado Nilson Gonçalves, que o seu projeto tem mérito e tem que ser discutido nesta Casa com seriedade. Por isso, vou acompanhar o seu voto, nem que seja como uma maneira de protestar contra os abusos cometidos por essas empresas de *telemarketing*.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputado Nilson Gonçalves, realmente esse governo vai e volta. Nós aprovamos uma coisa, discute-se com todos os setores, mas o governo vota.

Nesse sentido, oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores a votar com v.exa. pela derrubada do veto do governador.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Também quero dizer ao deputado Nilson Gonçalves que voto pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto tem méritos, mas cria atribuições de fiscalização para o governo, portanto, é um projeto inconstitucional e a orientação é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Faço também o registro da minha absoluta concordância com o deputado Nilson Gonçalves.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
 DEPUTADO NEODI SARETTA votou
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROMILDO TITON votou
 DEPUTADO SANDRO SILVA votou
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou
 DEPUTADO SERAFIM VENZON votou
 DEPUTADO SILVIO DREVECK votou
 DEPUTADO VALMIR COMIN
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI
 Está encerrada a votação.
 Votaram 24 srs. deputados.
 Temos sete votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.
 Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0565/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0560/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, este projeto de lei que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar um Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

(Passa a ler.)

"A pior opressão é a supressão das lembranças. Desde a década de 70 catarinenses procuram informações sobre seus mortos e desaparecidos políticos. Famílias de Timbó, Florianópolis, Criciúma, Porto União, Balneário Camboriú e Joaçaba vivem a angústia e a esperança de um dia saber o que aconteceu e poderem velar e enterrar com dignidade seus mortos. Essa é uma causa que interessa a toda a sociedade e não apenas aos familiares e ex-presos políticos.

A ditadura militar, que perdurou em nosso país de 1964 até 1985, ofendeu e prejudicou todos os que lutam por um mundo justo e acreditam na democracia como a melhor forma de governar. Esse é um assunto presente em todos os países que buscam consolidar suas democracias. O governo precisa dar uma resposta às famílias de todos os presos, dos banidos, torturados, exilados e sobreviventes da ditadura militar, reconhecer publicamente as arbitrariedades e os crimes cometidos e pedir perdão aos que sofreram.

A luta pelo estado de direito torna-se cada vez mais necessária, pois ainda hoje vemos prisões e assassinatos praticados por agentes do estado. Precisamos formar a memória nacional e catarinense sobre a resistência à ditadura militar.

A proposta de criação da Comissão da Verdade nos dá esperanças. O Brasil merece entrar numa era de democracia e prosperidade. É preciso contar a história do país e do estado, a história dos vencidos, não apenas dos vencedores. É preciso formar a memória nacional e catarinense.

Os governos de outros estados já criaram os memoriais e viabilizaram situações

em que escolas podem comparecer, ver fotos, assistira palestras e conhecer parte da história.

Dessa forma é que solicitamos aos srs. deputados e às sras. deputadas a derrubada do veto, para que jamais se esqueça e para que nunca mais aconteça."

Assim sendo, faço um apelo aos srs. deputados e deputados para que seja derrubado esse veto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, da mesma forma e como quase sempre, quero manifestar o meu apoio ao projeto de autoria do deputado Volnei Morastoni e à derrubada do veto do sr. governador.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, o deputado Volnei Morastoni tem também o meu voto. Em que pese eu ser apenas um adolescente quando começou a ditadura neste país, ajudei muito a derrubar cavalos com soldados e todas aquelas bolinhas de peca que mandavam a gente jogar. N ocasião levei muitas guascas pelas costas e não sabia nem por quê. Com 12, 13 anos não entendia nada.

Entendo ser justa a criação desse memorial, em que pese achar que muitos que dizem que lutaram pela democracia lá atrás, na verdade estavam lutando para a instalação do comunismo no país. Mas a grande maioria brigou pela democracia, com certeza.

O Sr. Deputado Dado Chereim - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dado Chereim.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Da mesma forma, quero aqui me manifestar favoravelmente ao projeto de autoria do deputado Volnei Morastoni. Acredito profundamente no mérito desse projeto, pois a história daqueles que não puderam defender-se não pode ser esquecida, tem que ser lembrada para que isso não se repita mais.

Somente quem passou por isso, somente quem viveu sabe a dor de uma família num processo como esse. Tivemos o exemplo recente da família de Rubens Paiva, já que casualmente, acidentalmente, foi achada uma documentação que comprova que ele realmente foi preso pelo Exército, sumindo das dependências onde ficou encarcerado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sem dúvida alguma todos nós concordamos com a criação desse memorial, pois ele resgata a história. Mas todos sabem também que é um projeto que tem que ser da gênese do governo e não do Poder Legislativo. Infelizmente não temos essa prerrogativa, porque ele gera impacto financeiro ao Executivo.

Sugiro, então, ao deputado Volnei Morastoni que faça uma indicação ao governo do estado, que com certeza ele irá atender.

Portanto, a recomendação do governo é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI votou

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR

DEPUTADO DADO CHEREM votou

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI votou

DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou

DEPUTADO GELSON MERISIO votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA votou

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou

DEPUTADO JORGES TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON votou

DEPUTADO SANDRO SILVA votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO SILVIO DREVECK votou

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI votou

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0621/2012, que dispõe veto parcial ao Projeto de Lei n. 0013/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia da Raça Negra no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a orientação é pela manutenção do veto parcial, porque o governo mantém a essência do projeto que cria o Dia da Raça

Negra, mas veta a parte que diz respeito as suas atribuições para realizar seminários e eventos que gerem gastos ao erário público.

Portanto, a orientação é pela manutenção do veto parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 11 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0658/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0199/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.450, de 17 de janeiro de 2011.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de aproveitar para fazer mais uma vez a justificativa do projeto, pois alguns ainda não sabem a nossa motivação em tentar denominar essa rodovia com o nome de Francisco Leopoldo Fleith.

No momento em que fomos instados pelos vereadores e prefeitos de Penha e de Piçarras, entendemos que o projeto precisava ter o apoio formal das duas Câmaras de Vereadores e dos prefeitos. Nesse meio tempo, a deputada Angela Albino também apresentou um projeto de lei que acabou sendo aprovado no final da legislatura, denominando aquela rodovia de Paulo Stuart Wright.

Quando o nome foi oficializado, a comunidade local me procurou novamente, pois entendeu que aquele trecho como é local e de apenas 3km, portanto, insignificante no contexto estadual, deveria ter o nome que eles haviam escolhido, mesmo porque a memória de Paulo Stuart Wright merece uma obra que tenha expressão estadual.

Por isso, motivado pela unanimidade da Câmara de Vereadores de Penha e de Piçarras e pelos prefeitos, reapresentamos o projeto, que foi vetado pelo sr. governador.

Quero dizer que vou abster-me de votar, mas gostaria que os colegas da minha bancada pudessem votar pela manutenção do veto, já que não quero criar mais celeuma sobre o assunto, pois muitos quiseram interpretar de forma errada a nossa intenção, mesmo porque votei a favor do projeto de autoria da deputada Angela Albino.

Não tenho absolutamente nada contra a história de Paulo Stuart Wright, muito pelo contrário, reconheço que é necessária a perpetuação de sua história e que isso não está sendo feito devidamente colocando seu nome num trajeto de apenas 3km.

Mas respeito a opinião de todos, repito que vou abster-me de votar e peço que a minha bancada mantenha o veto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, primeiramente quero fazer uma autocrítica, até diante dos ativistas e do coletivo catarinense em direito à memória, à verdade e à justiça, porque esses projetos passaram pelas comissões e, inclusive, na comissão de Constituição e Justiça.

Temos aqui o costume de dizer que o grande poder de um deputado estadual é dar nome a estradas, a ginásios de esporte e a declarar entidades como de utilidade pública. Talvez até por isso nunca atentemos quando alguém propõe colocar o nome em uma rodovia. E logo, até por cordialidade mútua, vamos aprovando e não verificamos o histórico mais remoto ou mais recente. Então, reconheço esse erro de público.

No dia da votação - e quero fazer outra autocrítica - eu não estava presente no plenário. Não sei se alguém me convidou para discutir algum assunto do lado de fora do plenário, o que é comum acontecer, ou posso ter saído por algum outro motivo, mas como o deputado mais "Caxias", mais presente desta Casa, talvez por falta de convite para fazer outras coisas mais importantes, passou batido o dia da aprovação desse projeto em plenário.

Gostaria de dizer, por fim, que acho esquisito - e não falo de má-fé por parte do deputado Gilmar Knaesel, inclusive se algum dia falei alguma coisa que possa tê-lo ofendido, peço desculpas -, como militante social de esquerda, antes mesmo de ser deputado, tirar o nome de Paulo Stuart Wright e colocar outro. É bem verdade que não conheço a história do sr. Francisco, mas conheço relativamente a história de Paulo Stuart Wright, que foi um

deputado, como somos hoje, e que foi cassado conforme a história nos relata.

Então, faço uma autocrítica e avalio que cometemos um erro político e sinto que contribuí com isso. E nesse sentido, inclusive, quero agradecer ao governador Raimundo Colombo, pois estamos diante de algumas situações, de alguns combates, como, por exemplo, a greve na Saúde, e às vezes algumas expressões duras saem da nossa boca em relação ao governo do estado, mais especificamente para a pessoa do governador.

Com relação a esse projeto, na minha avaliação, o governador Raimundo Colombo corrigiu um erro que eu ajudei a cometer e, portanto, quero parabenizá-lo e agradecer-lhe.

Tenho acompanhado a aflição da Derlei e de outros ativistas, uns mais antigos e outros mais jovens, nessa luta em Santa Catarina há alguns meses. Mas eu disse à Derlei o seguinte: "Você já ganhou essa briga quando o governador vetou esse projeto". E agora a própria declaração do deputado Gilmar Knaesel deixa claro que a vitória desse sentimento aqui representado foi proclamada quando o governador Raimundo Colombo vetou o projeto.

Repito, agradeço e parabeno o governador pela clareza que teve. A Comissão Nacional da Verdade também se pronunciou a respeito desse assunto, para sentirmos a importância do tema.

Então, quero dizer que dessa vez, como quase nunca acontece, sr. presidente, deputado Gelson Merisio, voto "sim", voto no número um, a favor de um veto do governador do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito bem, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, encaminho a votação em nome da bancada do PT, por deferência do nosso líder, no sentido da manutenção do veto por tudo aquilo que já foi exposto aqui e também pelo que expusemos no horário dos Partidos Políticos.

Compreendemos a preocupação do deputado Gilmar Knaesel, que acabou entrando numa celeuma sem nenhuma intenção, mas é justo mantermos essa denominação e resgatarmos a imagem de Paulo Stuart Wright e reconhecermos sua importância na história desta terra, ainda que se trate de uma pequena rodovia.

Encaminho pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou	Assim, peço que v.exas. me	DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO ISMAEL SANTOS		acompanhem na derrubada do veto, porque	DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou	acho que é uma questão de igualdade que	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		estamos implantando em Santa Catarina. Se o		Está encerrada a votação.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou	veto for derrubado, será promulgada a lei por		Votaram 26 srs. deputados.
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou	esta Casa e corrigiremos uma distorção que		Temos 12 votos "sim" e 14 votos
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou	ocorre há muitos anos.		"não".
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou	O Sr. Deputado Nilson Gonçalves -		Está mantido o veto.
DEPUTADO KENNEDY NUNES		Pela ordem, para declaração de voto, sr.		Antes de deliberarmos a próxima
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		presidente.		matéria, queremos informar aos srs. deputados
DEPUTADO MANOEL MOTA		O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson		que teremos hoje à noite uma sessão solene
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou	Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para		para a entrega do título de Cidadão Catarinense
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK		declaração de voto, o sr. deputado Nilson		ao ex-governador Jorge Bornhausen.
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou	Gonçalves.		Vamos procurar, até o final do ano,
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou	O SR. DEPUTADO NILSON		fazer todas as sessões solenes para entrega
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		GONÇALVES - Sr. presidente, não quero		de títulos de cidadão já aprovados e pendentes.
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou	desanimar o deputado Aldo Schneider, mas		Assim será feito em relação ao ex-presidente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou	devo dizer que eu, anos atrás, também entrei		Lula, que teve aprovada nesta Casa a
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou	com um projeto idêntico a esse que v.exa. deu		concessão do título de Cidadão Catarinense e
DEPUTADO RENO CARAMORI		entrada na Casa. E lastimavelmente o meu		até hoje não houve a entrega.
DEPUTADO ROMILDO TITON		projeto capotou. Quer dizer, ele não prosperou.		Todos aqueles que tiverem agenda
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou	Aliás, até chegou a ir para o governador, mas lá		para até o final do ano receber, faremos as
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou	levou a canetada, voltou para cá e aqui ganhou		devidas sessões solenes. Não há, em nossa
DEPUTADO SERAFIM VENÇON	votou	o mesmo destino.		concepção, nenhum sentido aprovarmos a
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou	Mas, de qualquer maneira, deputado,		concessão de novos títulos sem,
DEPUTADO VALMIR COMIN		eu votarei com v.exa. pela derrubada do veto,		primeiramente, fazermos as sessões de
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou	por uma questão de solidariedade e vamos ver		entrega daqueles já aprovados e que carecem
		no que vai dar!		de entrega.
		O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela		Por isso, convido todos os srs. depu-
		ordem, sr. presidente, para encaminhamento		tados para participarem hoje, às 19h, da
		de votação.		sessão solene de entrega do título Cidadão
		O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson		Catarinense ao ex-governador Jorge
		Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para		Bornhausen.
		encaminhamento de votação, o deputado Darci		Discussão e votação em segundo
		de Matos.		turno do Projeto de Lei n. 0152/2012, de
		O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS -		autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dispõe
		Sr. presidente, o projeto de instalação de		sobre a compensação de dívida da Fazenda
		hidrômetros tem mérito também, mas é matéria		Pública decorrente de certidão de URH
		de competência do município. Portanto, fere a		pendente de pagamento com crédito tributário
		autonomia dos poderes e é inconstitucional.		e estabelece outras providências.
		Então, a orientação do governo é pela		Ao presente projeto foi apresentada
		manutenção do veto.		emenda modificativa.
		O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson		Conta com parecer favorável das
		Merisio) - Em votação.		comissões de Constituição e Justiça e de
		(Procede-se à votação secreta por		Finanças e Tributação.
		processo eletrônico.)		Em discussão.
		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou	(Pausa)
		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou	Não havendo quem queira discutir,
		DEPUTADA ANGELA ALBINO		encerramos sua discussão.
		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		Em votação.
		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou	Os srs. deputados que aprovam
		DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR		permaneçam como se encontram.
		DEPUTADO DADO CHEREM	votou	Aprovado.
		DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou	Discussão e votação em segundo
		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou	turno do Projeto de Lei n. 0264/2012, de
		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou	autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui
		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou	a Semana da Segurança do Ciclista no estado
		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou	de Santa Catarina.
		DEPUTADO GELSON MERISIO	votou	Ao presente projeto foi apresentada
		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou	emenda modificativa.
		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		Conta com parecer favorável das
		DEPUTADO JAILSON LIMA	votou	comissões de Constituição e Justiça e de
		DEPUTADO JEAN KUHLMANN		Segurança Pública.
		DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Em discussão.
		DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou	(Pausa)
		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou	Não havendo quem queira discutir,
		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou	encerramos sua discussão.
		DEPUTADO KENNEDY NUNES		Em votação.
		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		Os srs. deputados que aprovam
		DEPUTADO MANOEL MOTA		permaneçam como se encontram.
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou	Aprovado.
		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK		Discussão e votação em turno único
		DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou	do Projeto de Lei n. 0312/2012, de origem
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou	governamental, que revoga a Lei n. 14.710, de
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		2009, que autoriza a concessão de uso de
		DEPUTADO NEODI SARETTA	votou	imóvel no município de Florianópolis.
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou	Conta com parecer favorável das
		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou	comissões de Constituição e Justiça, de
		DEPUTADO RENO CARAMORI		Segurança Pública, de Finanças e Tributação
		DEPUTADO ROMILDO TITON		e de Trabalho, Administração e Serviços
		DEPUTADO SANDRO SILVA	votou	Públicos.
		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou	Em discussão.
		DEPUTADO SERAFIM VENÇON	votou	(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2012, de origem governamental, que denomina Batalhão de Polícia Militar Coronel PM Antônio Moacir Pereira o 13º Batalhão de Polícia Militar, localizado no município de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0312/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade de Zimbros, do município de Bombinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0340/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública o Instituto Noah, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0328/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que denomina 1º Tenente Pedro Augusto Gimenes Coste o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, localizado no município de Rio Negrinho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação da Mensagem n. 0683/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0243/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera dispositivos da Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto e plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto é inconstitucional, fere a liberdade de associação das pessoas e o governo não pode interferir nessa área.

Portanto, a orientação do governo é pela manutenção do veto.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI votou

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR

DEPUTADO DADO CHEREM votou

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON votou

DEPUTADO SANDRO SILVA votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO SILVIO DREVECK votou

DEPUTADO VALMIR COMIN votou

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e nove votos "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0451/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Presidência também comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.060/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.061/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.062/2012, 1.063/2012, 1.064/2012, 1.065/2012 e 1.066/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0060/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à Presidência da República, manifestando apoio à

Fecam por uma distribuição justa dos *royalties* e apelando que seja sancionada a nova Lei de Partilha dos *Royalties* do Petróleo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Vamos suspender a sessão para que possa ser feito o sorteio das escolas que participarão da próxima edição do Parlamento Jovem.

Logo em seguida a sessão continuará suspensa por mais 20 minutos, para atendermos ao requerimento dos deputados Sargento Amauri Soares e Gilmar Knaesel.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, não poderia deixar de falar sobre um tema que estamos vivenciando desde o dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, quando tiveram início as atividades pelo fim da violência contra as mulheres em nosso país.

A campanha é realizada não somente no Brasil, mas em 159 países e traz para o debate a discriminação racial, a questão da eliminação de toda forma de violência contra a mulher e a erradicação da Aids.

Este ano estamos vivenciando a 21ª edição da Campanha dos 16 Dias de Ativismo, um movimento que tem uma dimensão pedagógica de afiançar direitos humanos e quem tem como tema: "Da paz no lar até a paz no mundo: desafiemos o militarismo e acabemos com a violência contra as mulheres."

A violência contra as mulheres, infelizmente, ainda é uma realidade cruel, srs. parlamentares e público catarinense, que perpassa todas as classes sociais, nível de escolaridade, profissão e ocorre em todos os países, independentemente do desenvolvimento econômico e social.

Para se ter uma ideia dessa cruel realidade, citamos os seguintes dados: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil; seis em cada dez brasileiras conhecem algum tipo de mulher que foi vítima de violência doméstica; 20% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica e a cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas em nosso país. São números alarmantes!

Todos esses fatos, srs. parlamentares, causam-nos indignação, muita revolta, ainda mais ao sabermos que essa violência foi praticada pelo marido, pelo companheiro, pelo namorado, aquele que, por ser mais próximo da mulher, é o seu maior agressor.

Em relação às políticas públicas para as mulheres em nosso estado, há um total descaso do governo de Santa Catarina, o que não é diferente em outros setores.

Para citar um exemplo, temos no estado somente três casas-abrigo de proteção à mulher vítima de violência e a seus filhos, que são mantidas com recursos dos municípios. Cito, como exemplo, o município em que resido, Blumenau, que tem uma casa-abrigo construída na época em que era prefeito o atual deputado federal Décio Lima, do PT.

Como disse, no estado de Santa Catarina, que tem 293 municípios, existem apenas três casas-abrigo, todas mantidas com recursos dos municípios.

Além disso, há apenas 23 delegacias especializadas em atendimento à mulher, porém elas atendem também à criança. Lembrem que ainda não foi efetivado o Pacto de Enfrentamento à Violência proposto pelo governo federal, assinado pelo governo do estado no final de 2009, após uma grande pressão dos movimentos de mulheres do estado de Santa Catarina.

É importante registrar que iniciamos a campanha no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. No último domingo, 25 de novembro, foi o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher; no dia 1º de dezembro teremos o Dia de Combate à Aids e encerraremos a campanha no dia 10 de dezembro, que é o Dia da Declaração dos Direitos Humanos, que diz que toda e qualquer forma de violência é uma violação aos direitos fundamentais do ser humano.

Nosso compromisso nesses 16 dias é ser ativas na construção de um mundo de mais igualdade e sem violência entre homens e mulheres, na perspectiva de uma vida mais fraterna com equidade e justiça social.

Temos ainda que avançar no debate das violências sociais que afligem as mulheres em nosso país, a exemplo da desigualdade de renda entre homens e mulheres. A renda das mulheres representou apenas 70% da renda dos homens em 2010, segundo os indicadores sociais do censo demográfico 2010, divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo a pesquisa, o rendimento médio mensal das mulheres foi calculado em R\$ 983,00, enquanto o rendimento mensal dos homens foi de R\$ 1.392,00. A diferença variou de 70,3% na região sul a 75,5% na região nordeste. Em quase 40% dos lares brasileiros são as mulheres as responsáveis pelo sustento da família, mas apesar disso recebem menos que os homens.

Precisamos criar mecanismos que nos permitam romper esse ciclo de desigualdade. Santa Catarina tem 500 mil mulheres a mais que homens e, infelizmente, vive um ciclo de violência que nos assusta todos os dias.

Santa Catarina e seus governantes não podem continuar de olhos fechados para esse drama social. Vamos propor mudanças no Orçamento, no sentido de garantir recursos para a implementação de políticas públicas de proteção à mulher catarinense, pois quem ama abraça e luta por uma sociedade mais justa, independentemente de credo, orientação sexual, política, raça, etnia e classe social.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. tem sido muito generoso com esse seu amigo. Eu espero poder conservar essa amizade por longos anos, já que aqui, nesta Casa, temos apenas mais dois anos para convivemos, porque pretendo alçar outro voo, como v.exa. sabe. Contudo, espero que nossa amizade perdure por mais longos anos de nossas vidas.

Eu quero trazer, deputados Jean Kuhlmann e Padre Pedro Baldissera, a minha manifestação de alegria, porque v.exas. sabem que estamos na condição de dirigente da Unale há algum tempo, promovendo, deputado Sílvio

Dreveck, esse debate acerca da necessidade da renegociação da dívida dos estados.

Fizemos já cinco seminários e o último ocorreu na última sexta-feira, nesta Assembleia Legislativa, evento que foi prestigiado por 22 estados. O secretário Nelson Serpa deu uma grande aula acerca da preocupação dos estados, da realidade difícil que os estados vivem. O conselheiro Salomão Ribas Júnior foi brilhante na sua manifestação, e registre-se que a presença dos Tribunais de Contas foi um fato novo. A senadora gaúcha, Ana Amélia Lemos, que é a relatora do projeto de lei de autoria do senador Luiz Henrique sobre o tema, muito bem se pronunciou sobre a questão. O senador Francisco Dornelles também tem um projeto de lei a respeito, além do senador Delcídio do Amaral.

Esse problema, deputado Padre Pedro Baldissera, não foi criado pela presidente Dilma Rousseff, mas é com ela que precisamos construir uma solução. Porque os estados não aguentam mais pagar uma vez e meia a sua capacidade de investimento por ano para uma dívida que só cresce.

Santa Catarina renegociou, em 1998, uma dívida consolidada de R\$ 4,3 milhões, pagou R\$ 7,6 milhões e ainda deve R\$ 10,5 milhões! Neste ano, o governo vai investir R\$ 1 bilhão e vai ter tomado dos seus cofres R\$ 1,5 bilhão por conta do pagamento dessa dívida. De cada R\$ 3,00 da dívida que pagamos, R\$ 1,00 é para amortizar a dívida e R\$ 2,00 são de juros. Pagamos 14% de juros! Não existe em lugar nenhum do mundo país que pratique uma taxa de juros igual a essa. Pagamos IGP-DI mais 6% e alguns estados pagam até 7,5%!

Além da Unale, os governadores também tem-se movimentado. Nesta semana, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira participou de um evento do Codesul, em Curitiba, onde foi tratado esse assunto. Os senadores Luiz Henrique, Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, presidente do nosso partido, além da senadora Ana Amélia Lemos, são os que mais se têm destacado na discussão desse tema.

Ontem, após a meia-noite, liguei para o secretário Nelson Serpa, porque ao chegar em casa assisti ao *Jornal da Globo*, mas ouvi apenas metade da notícia e queria certificar-me se realmente o ministro Guido Mantega anunciaria que o governo federal iria mudar o indexador.

Ainda não é o que queremos, mas é preciso reconhecer que a troca de IGP-DI mais 6% pela taxa Selic vai representar uma economia significativa para os estados nas parcelas a serem pagas daqui para frente.

Eu conversei rapidamente, por telefone, com o nosso querido Almir Gorges, técnico da secretaria da Fazenda, e com o secretário Nelson Serpa, porque hoje à noite vamos nos encontrar num debate sobre esse tema na TVCOM, no programa *Conversas Cruzadas*. Ainda não conhecemos o conteúdo dessa matéria que o ministro Guido Mantega anunciou ontem, mas pelos cálculos iniciais acredito que possa representar uma economia de algo em torno de R\$ 30 milhões em cada parcela mensal para Santa Catarina.

Hoje, a nossa parcela mensal chega à casa dos R\$ 120 milhões. Se a matéria foi bem compreendida, teremos uma economia significativa. Repito, não é o que as Assembleias querem, não é o que os estados querem, não é o que a Unale quer, mas já é uma sinalização positiva que dá o governo federal em relação a essa matéria, porque mantida a distribuição dos *royalties* do petróleo da forma como foi votado, contemplando todos os estados e municípios, acredito que iremos

começar um processo de salvação dos estados do caminho da falência, porque do contrário, deputado Padre Pedro Baldissera, os estados caminham a passos largos para a insolvência completa das suas finanças, porque não há de onde tirar mais dinheiro. Não dá para instituir mais impostos, o contribuinte não aguenta mais pagar impostos. Tem que reduzir a carga e os estados já não conseguem mais cumprir os seus compromissos essenciais na Educação, na Saúde e na Segurança Pública, que são as pedras nos sapatos dos governantes nos dias atuais.

Estamos felizes, vamos continuar essa caminhada. Esse trabalho não para aqui, nós já temos uma nova edição do seminário programada para a cidade de João Pessoa, na Paraíba, deputado Sílvio Dreveck, no mês de fevereiro; e outra, no mês de março, em Goiânia, pois são as duas Assembleias que estão-se mobilizando e a Unale vai apoiar, com toda certeza.

Vou deixar para apresentar amanhã uma matéria a que assisti no *Fantástico*, no domingo, deputado Padre Pedro Baldissera, sobre o grande número de consumidores lesados pelas compras feitas em sites de venda eletrônica.

O meu Projeto de Lei n. 0003/2012, que está tramitando nesta Casa, que o deputado José Milton Scheffer, presidente da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, avocou para relatar, recebeu parecer favorável e espero que ainda este ano possamos deliberar sobre ele em plenário.

Havia conversado com a senadora Ana Amélia Lemos para apresentar projeto idêntico no Congresso Nacional. E, para minha alegria, deputado Sílvio Dreveck, descobri, através da assessoria da liderança, que a deputada federal Iracema Portela, nossa correligionária do estado do Piauí, apresentou projeto de lei junto à Câmara Federal buscando a regulamentação da venda por sites eletrônicos, especialmente no que tange à falta de informações sobre o endereço físico e o cadastro dessas empresas, bem como o telefone para reclamação, porque às vezes, quando o consumidor é lesado, ele não tem outra forma de se comunicar com a empresa a não ser o endereço eletrônico. E, é claro, quando a empresa está de mão-fé, acaba não respondendo, como vimos na matéria de domingo do *Fantástico*, que a nossa assessoria deu uma enxugada e que amanhã trarei ao plenário para chamar a atenção para a gravidade do problema.

Por isso vou deixar a continuidade dessa discussão para amanhã, porque teremos mais tempo para apresentar essa matéria que foi bastante chamativa e que impressiona pelo grande volume de consumidores lesados no Brasil afora. Aqueles que não tiveram a oportunidade de assistir verão por que é necessário votarmos essa matéria ainda este ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a presença de todos e antes de encerrar a presente sessão convoca outra, solene, para hoje, às 19h, para concessão do título de Cidadão Catarinense ao ex-governador Jorge Konder Bornhausen.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 014ª SESSÃO SOLENE

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012 ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE A JORGE KONDER BORNHAUSEN

SUMÁRIO

MÁRIO CÉSAR FLORES - Esclarece que em seu livro reflete sobre as questões políticas brasileiras e que são palavras de um cidadão preocupado com o país em que vive.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Ressalta as inúmeras iniciativas do governo Jorge Bornhausen em Santa Catarina.

SECRETÁRIO FILIPE MELLO - Enfatiza que a homenagem tem por objetivo relembrar a trajetória de uma figura política cujo nome ultrapassa as fronteiras do estado.

JORGE KONDER BORNHAUSEN - Faz um relato de sua vida e trajetória política, fortemente ligada à história política do país.

DEPUTADO GELSON MERISIO - Destaca que Jorge Bornhausen deixa um legado de respeito, conhecimento e esforço cotidiano, que contribuiu para que Santa Catarina se destacasse entre os estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Sílvio Dreveck e Manoel Mota para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo senhor Paulo Bornhausen, secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, neste ato representando o senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo procurador de Justiça de Santa Catarina, neste ato representando o Ministério Público, dr. Ivens José Thives de Carvalho;

Excelentíssimo corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Júnior, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado.

Senhor almirante Mário César Flores, autor do livro *Reflexões Políticas - uma visão da saga brasileira*.

Excelentíssimo senhor ex-governador do estado de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen, homenageado desta noite, motivo desta sessão solene.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada pela Mesa Diretora e aprovada por unanimidade por todos os parlamentares desta Casa para a outorga do título de Cidadão Catarinense ao sr. Jorge Konder Bornhausen, concedido no ano de 2004 pelo então deputado estadual Jorginho Mello, através de projeto de lei de sua autoria.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro e subtenente Ednilson Joel Machado de Souza.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Registramos também a presença das seguintes autoridades:

Padre Pedro José Köehler;

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça, João Henrique Blasi;

Senhor secretário de Comunicação,

Ênio Andrade Branco;

Senhor presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-SC) João Eduardo Moritz Neto;

Senhor prefeito municipal de Rio do Sul, Milton Hobus;

Senhor presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa, Fapesc, Sérgio Luiz Gargioni;

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça, Ronei Daniele;

Senhor presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador Jaime Tonello;

Senhor secretário de estado de Planejamento, Filipe Mello, neste ato representando o deputado federal Jorginho Mello, proponente desta homenagem;

Senhor Rogério Filomeno Machado, neste ato representando a Associação Nacional dos Procuradores Federais;

Senhor secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba;

Senhor ex-deputado estadual Gilson dos Santos;

Senhor vereador César Passos;

Senhor assessor Fernando Braga, representando o deputado federal Edinho Bez;

Senhora desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Maria do Rocio Santa Rita;

Senhor conselheiro do Tribunal de Contas, Adircêlio de Moraes Júnior;

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça, Nelson Shaefer;

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça, César Abreu;

Senhor conselheiro do Tribunal de Contas, Wilson Wan-Dall;

Senhor conselheiro do Tribunal de Contas, Luiz Suzin Marini;

Senhor prefeito municipal de Joaçaba, Rafael Laske;

Senhor diretor administrativo da Fiesc, Fernando Pisani de Linhares, representando aquela instituição;

Senhor presidente da Federação das Associações Empresariais, prezado amigo Alaor Tissot;

Senhor procurador federal da Advocacia-Geral da União, Georgino Mello e Silva;

Senhor conselheiro do Tribunal de Contas, Julio Garcia;

Senhor secretário de estado da Defesa Civil, Geraldo Althoff;

Senhor presidente da Fundação do Meio Ambiente, Fatma, Murilo Xavier Flores;

Senhor secretário de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, João José Cândido da Silva;

Senhor coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ex-desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi;

Senhor presidente do Grupo RIC, Mário José Gonzaga Petrelli;

Senhor Marcelo Gonzaga Petrelli;

Senhor diretor de Promoção e Eventos da Associação de Imprensa, Manoel Timóteo de Oliveira;

Senhor vice-presidente da Associação Médica, Murilo Capella;

Senhor vereador Renato Geske, de Florianópolis;

Senhor diretor Administrativo e Financeiro da secretaria de Justiça e Cidadania, Addo Guimarães;

Senhor ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Norberto Silveira de Souza;

Senhor deputado estadual Valmir Comin;

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça, José Milton Scheffer.

Neste momento teremos o lançamento do livro *Reflexões Políticas - uma visão da saga brasileira*, do escritor Mário César Flores.

Almirante de esquadra reformado, ingressou na Escola Naval em 1947. Especializado em estratégia militar pela Escola Naval Americana, ocupou importantes cargos na Marinha Brasileira, com destaque para a diretoria da Escola de Guerra Naval, o cargo de ministro da Marinha e adido naval na Argentina e Uruguai, e comandante-em-chefe da Armada.

Dentre as atividades que exerceu fora da Marinha, destaca-se o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Autor de vários artigos e livros, recebeu inúmeras condecorações, entre as quais a Ordem do Mérito Naval, Medalha Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito das Forças Armadas, Ordem do Mérito Rio Branco, Ordem do Mérito Naval Almirante Brown da República da Argentina e Ordem Infante Dom Henrique de Portugal, entre outras.

Convido o escritor Mário César Flores para fazer uso da palavra.

O SR. MÁRIO CÉSAR FLORES - Sr. presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, srs. deputados, senhoras e senhores, vou fazer uma rápida explicação do que é o livro que escrevi.

Podem parecer estranho que alguém que foi profissional militar dos 16 aos 62 anos escreva um livro chamado *Reflexões Políticas - uma visão da saga brasileira*, mas o fato é que o militar não deixa de ser um cidadão comum, e eu fui um cidadão preocupado com o país durante toda a minha vida de consciência cívica, que já é longa, pois lembro-me que fui eleitor, pela primeira vez, em 1950. Há muito tempo.

O livro reflete a minha percepção sobre o Brasil obtida no decorrer da vida. Os princípios teóricos da política aplicáveis ao

Brasil, as características peculiares dos nossos problemas sociais e econômicos influentes na política permeia todo o texto do livro, até porque a política influencia tudo.

Procurei sintetizar o meu modo de ver essa questão, mas, rigorosamente, sem viés político-partidário, pois a minha visão transcende essa questão. E chamaria a atenção em particular para o desenvolvimento que faço da evolução brasileira após a redemocratização e reestruturação constitucional dos anos 80. Os prós e os contras das várias correntes políticas constam do livro de uma maneira equilibrada.

Gostaria também de comentar rapidamente que procurei evitar no livro qualquer interveniência da minha formação profissional. No Brasil, como em todo o mundo, os militares têm visões peculiares a respeito da vida do país, dos problemas nacionais, mas tomei o cuidado para que isso não transparecesse no livro.

No final do livro tento vislumbrar hipóteses de desenvolvimento futuro da situação política nacional e até procuro esboçar um rumo ideal que levaria o Brasil a uma condição de felicidade social e de presença internacional coerente com o potencial do país.

Diria ainda àqueles que se aventurarem a ler o livro, que o façam com tolerância e vejam-no como um desabafo da procveta idade, a prova está aqui, e também como um réquiem cidadão de uma geração que é ainda capaz de ver e compreender, mas que já é página virada e impotente para agir, e que deixa para as gerações de filhos e netos um país que é ao mesmo tempo promissor e também problema.

Sr. presidente, agradeço esta oportunidade de lançar este livro na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o meu estado natal, principalmente inserido numa cerimônia de homenagem a Jorge Konder Bornhausen, amigo de juventude em Itajaí e no Rio de Janeiro e, como vi agora, com surpresa, autor do prefácio ao meu livro.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Senhoras e senhores, destacamos ainda as seguintes presenças:

Senhor deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente desta Casa;

Senhor deputado José Nei Ascari;

Senhor deputado Jorge Teixeira;

Senhor deputado Silvio Dreveck;

Senhor deputado Altair Guidi;

Senhor deputado Darci de Mator;

Senhor deputado Serafim Venzon;

Senhor deputado Dado Cherem;

Senhor deputado Manoel Mota;

Senhor deputado Joares Ponticelli;

Senhor deputado Gilmar Knaesel;

Senhor deputado Jean Kuhlmann;

Senhor superintendente estadual do Banco do Brasil, Nerim Goulart Duarte.

Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. Filipe Mello, secretário de estado do Planejamento e filho do deputado federal Jorginho Mello, que foi o autor do projeto que ensejou a presente sessão solene, a quem representa neste ato.

O SR. SECRETÁRIO FILIPE MELLO - Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo homenageado, doutor Jorge Konder Bornhausen;

Excelentíssimo senhor secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado federal Paulo Bornhausen;

Excelentíssimo senhor procurador de Justiça de Santa Catarina, neste ato representando o Ministério Público do nosso estado, dr. Ivens José Thives de Carvalho, meu amigo;

Excelentíssimo senhor corregedor do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Salomão Ribas Júnior, neste ato representando o conselheiro César Filomeno Fontes, presidente daquela Corte de Contas;

Excelentíssimo senhor almirante Mário César Flores, autor dessa magnífica obra com que brindou Santa Catarina e os catarinenses.

Senhores deputados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Hoje é uma noite especialíssima, sobretudo porque, com elevada satisfação, compareço a esta Casa Legislativa para cumprir uma honrosa tarefa, a de representar o deputado federal Jorginho Mello, que de forma muito carinhosa foi o autor da Lei Estadual n. 12.879, que concedeu ao dr. Jorge Konder Bornhausen o título de Cidadão Catarinense, já que de fato já o era, mas que agora se concretiza de direito, nesta noite memorável na Casa do Povo catarinense. Assim como o deputado Jorginho Mello, faço meu e de todos os catarinenses o orgulho por esse título conferido a tão ilustre cidadão, a quem o nosso estado tanto deve.

V.Exa., oriundo de uma família de grande expressão política, traçou sua trajetória e marcou definitivamente a história de Santa Catarina, para cá trazendo a maior parte dos avanços econômicos e sociais que hoje temos, pautado sempre na obstinação e na visão de futuro. Competente, arrojado, forjou os caminhos para o desenvolvimento sem esquecer nenhum dos setores da sociedade catarinense.

Muito embora tenha tido a honra, tenho certeza disso, de haver nascido no estado do Rio de Janeiro, é neste momento, sem dúvida alguma, o mais catarinense dos catarinenses, marca que todo o Brasil conhece e que v.exa. faz questão de frisar, o que para nós engrandece o nosso estado e mostra ao país a nossa pujança, revigorando e enaltecendo o orgulho de ser catarinense.

Tendo ocupado os cargos que ocupou, vice-governador, governador, senador, ministro de estado da Educação, embaixador do Brasil em Portugal, entre outros, marcou e mostrou aos demais políticos de todo o país uma capacidade de articulação e de trabalho ímpar, conquistando o respeito que só uma pessoa do seu porte possui.

Ninguém jamais poderá citar Santa Catarina sem que venha o seu nome como referência de sucesso e de espírito público. Seu nome, na verdade, dr. Jorge Bornhausen, ultrapassa o nosso estado, está para sempre marcado na história do Brasil como sinônimo de trabalho, abnegação, dedicação, entusiasmo e competência, sobretudo aos jovens que, como eu, pensam num futuro melhor.

Pensando em infraestrutura, Santa Catarina teve um crescimento monumental a partir de seu governo; o mesmo podemos dizer e citar a respeito da saúde, com a expansão de hospitais e de serviços médicos e hospitalares por todas as regiões de nosso estado; na educação também o seu governo teve robusta coragem e entendimento sobre a necessidade de valorização dos professores e do ensino; a indústria, o comércio, a agricultura, os transportes, as estradas, as suas marcas de fato enaltecem e melhoraram a vida dos catarinenses.

Enfim, o grande salto que o estado de Santa Catarina necessitava, à época, teve início na sua esmerada batuta. Já se passaram 30 anos do final do seu mandato de governador, porém sua marca é tão forte e consistente que não há quem não saiba quem é essa figura estimada, respeitada, importante, não somente no meio político, mas em qualquer outro espaço de nosso vasto território.

Por isso, ao vir aqui representar o deputado federal Jorginho Mello e também em meu nome, dr. Jorge, cumprimento v.exa. por sua atuação, sua marca em nossas vidas e em nossa história.

Para demonstrar o nosso apreço e o nosso orgulho por ver oficializada a sua cidadania de fato e de direito, o que já é concreto desde sempre, encerro citando Nicolas de Chamfort, com uma frase que penso poder bem ilustrar o sentimento que, estou certo, é de todos que aqui compareceram a fim de prestigiar v.exa.: 'A estima vale mais do que a celebridade, a consideração vale mais do que a fama e a honra vale mais do que a glória.'

E esses valores, dr. Jorge, v.exa. merece de nossa parte, pois méritos possui de sobra."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado José Nei Ascari, que falará em nome das bancadas com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça deste estado, desembargador Cláudio Barreto Dutra;

Homenageado desta noite, doutor Jorge Konder Bornhausen;

Excelentíssimo senhor secretário de estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, deputado federal Paulo Bornhausen;

Excelentíssimo senhor procurador de Justiça do estado de Santa Catarina, neste ato representando o Ministério Público, dr. Ivens José Thives de Carvalho;

Excelentíssimo senhor corregedor-geral do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Júnior, neste ato representando o presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo senhor almirante-desquadra Mário César Flores, autor do livro lançado nesta noite, nesta Casa;

Colegas parlamentares, demais autoridades, senhoras e senhores,

(Passa a ler.)

"Sou um catarinense de raízes, coração e paixão'.

Essa frase, carregada de sentimento e devoção, não é de um barriga-verde de nascimento. Ela é de Jorge Konder Bornhausen, um carioca nascido em 1937, mas que tem na sua história pessoal, política e profissional a chama do amor por Santa Catarina. É correto, portanto, afirmarmos que a frase é, sim, de um legítimo catarinense.

Nascido e criado no estado fluminense por obra de contingências políticas, Jorge Bornhausen tem suas raízes aqui mesmo, no solo catarinense de seu pai Irineu e da sua mãe Maria.

Formado em Direito, longe do cenário político de Santa Catarina, retornou ao estado em 1961 para iniciar na advocacia. Anos depois, deixou sua marca como líder e administrador visionário.

Dispensável é apresentar detalhadamente sua biografia, que já é por bastante conhecida. Prefiro falar do político e do administrador Jorge Bornhausen, para homenageá-lo neste momento em que o estado catarinense lhe concede o mais justo e necessário reconhecimento, fruto da expressão política desta Casa e da vontade do povo do nosso estado.

Da feliz iniciativa do deputado Jorginho Mello, a Lei Estadual n. 12.879, de 2004, torna oficial aquilo que cada catarinense já sabe e reconhece: o sr. dr. Jorge Konder Bornhausen é um cidadão catarinense autêntico, comprometido e, certamente, orgulhoso desta terra.

Homenagens de gratidão e reconhecimento já lhe foram prestadas com certeza em muitos momentos de sua caminhada. Mas este reconhecimento por parte desta Assembleia deve servir como resgate da herança deixada por um cidadão que foi vice-governador, governador deste estado, senador da República, presidente nacional do seu partido, ministro e embaixador, mas, acima de tudo, um defensor de Santa Catarina e de todos os catarinenses.

Caro dr. Jorge Bornhausen, é certo que muitos catarinenses fiquem até surpresos neste momento ao saberem de sua origem carioca, mas é certo também que sua ligação com a nossa gente e com o desenvolvimento deste estado é tão forte que é inegável sua condição de barriga-verde.

Por isso mesmo, conceder o título de Cidadão Catarinense por meio de lei estadual é deixar para a história oficial aquilo que sua história pessoal e seus irmãos catarinenses já consolidaram há muito tempo. Esse título é uma homenagem aos seus feitos como homem público, é uma homenagem ao seu comprometimento com a educação, com a saúde e com o desenvolvimento do estado catarinense.

Seu elevado espírito público, sua liderança e sua visão de crescimento, baseados na valorização das pessoas, são até hoje lembrados por este estado afora. Suas ações em educação como o incentivo aos profissionais do consagrado programa 'pó de giz', a construção de salas de aula e o incentivo às escolas técnicas revelam o seu compromisso com crescimento individual e, sobretudo, intelectual do seu povo.

A educação, a sua prioridade das prioridades, não foi apenas uma marca de governo. Foi uma ação concreta para fazer de Santa Catarina um estado modelo para o restante do país. Foi também uma ação nacional, verdadeiramente comprometida para levar a educação a todos os brasileiros durante sua marcante e vitoriosa passagem pelo ministério da Educação.

Sob o seu comando, o governo catarinense firmou o mesmo compromisso na saúde pública, ao trazer o próprio professor Sabin para coordenar a grande vacinação em massa contra a poliomielite, erradicando com isso essa doença do solo catarinense.

Diante de tantas pessoas ilustres aqui presentes, de líderes e gestores de comprovada capacidade, honra-nos prestar esta homenagem ao homem público que construiu hospitais e salas de aula, que pavimentou mais de mil quilômetros de rodovias neste estado, que ampliou a atuação do Besc e também da Casan e que levou energia elétrica e conforto ao interior de Santa Catarina, com a construção de mais de 13 mil quilômetros de linhas de energia elétrica.

Por tudo isso, a concessão desse título se traduz num ato de reconhecimento à grandeza de um homem público que participou diretamente da construção de um estado com

qualidade de vida destacada no cenário nacional.

Senhoras e senhores, nesta Casa política que representa a sociedade catarinense, não gostaria de encerrar sem destacar que o homem de grandes conquistas políticas carrega também consigo a marca do líder articulado e democrático, de um líder que chegou ao Congresso Nacional no início da década de 80, confiante na abertura política e que não sucumbiu quando estava ameaçada.

Para o Brasil, o dr. Jorge deixou a possibilidade de uma nova história que de fato aconteceu e mudou os rumos deste país. Com a Frente Liberal, o então senador Jorge Bornhausen deu uma importante contribuição para a construção de uma nação democrática para todos nós, brasileiros.

Caro dr. Jorge, o seu legado tem valor inestimável, reconhecido neste estado e fora dele. Desta tribuna, perante meus pares desta Casa e diante das muitas autoridades e amigos que vieram prestigiar este momento, termino minha fala ratificando a admiração pela sua biografia e o reconhecimento pela história de uma carioca, que é um catarinense de raízes, coração e paixão e um brasileiro fundamental para a nossa história.

Parabéns e obrigado, dr. Jorge!
Muita saúde e vida longa!"

Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido o jornalista Valter Souza para discorrer sobre o homenageado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Sr. presidente e srs. deputados, boa-noite!

Jorge Konder Bornhausen, filho de Irineu Bornhausen e Maria Konder Bornhausen, é natural do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com especializações pela Fundação Getúlio Vargas e pela Universidade de Paris, estabeleceu-se como advogado em Blumenau.

Ingressou na vida pública em 1967, como vice-governador do então governador Ivo Silveira. Exerceu o cargo de governador do estado em 1979, renunciando ao cargo em favor do vice-governador Henrique Córdova para concorrer ao pleito de 1982, quando foi eleito senador pelo PDS.

Ministro da Educação no governo José Sarney, embaixador do Brasil em Portugal durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, retornou ao país por ocasião das eleições de 1998, quando conquistou seu segundo mandato de senador.

Em 2010 optou por deixar a vida partidária, desfilando-se do DEM e auxiliando informalmente a criação do PDS - Partido Social Democrático. Embora afastado da político-partidária, permanece atuando ativamente na defesa dos interesses do povo catarinense.

Convido o sr. deputado Gelson Merisio, presidente deste Poder, acompanhado de todos os demais deputados aqui presentes, para fazer a entrega do título de Cidadão Catarinense ao sr. Jorge Konder Bornhausen.

(Procede-se à entrega do título.)

(Palmas)

O Poder Legislativo catarinense também presta homenagem ao catarinense Jorge Bornhausen e reconhece a brilhante trajetória do homenageado que, através do exercício de importantes cargos públicos exercidos com dignidade, grandeza e sabedoria, na defesa dos interesses do povo catarinense, destacou Santa Catarina no cenário nacional.

Ele recebe do Poder Legislativo de Santa Catarina uma placa comemorativa.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido o catarinense Jorge Konder Bornhausen para fazer uso da palavra.

O SR. JORGE KONDER BORNHAUSEN - Excelentíssimos senhor presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo senhor secretário de estado e representante do governador Raimundo Colombo, deputado federal Paulo Bornhausen;

Excelentíssimo senhor procurador de Justiça, Ivens José Thives de Carvalho;

Excelentíssimo senhor conselheiro e caro amigo, Salomão Ribas Júnior;

Meu caro amigo, almirante Mário César Flores, do qual aconselho a fazerem a leitura de uma obra excepcional que tive a felicidade de me antecipar na leitura, em função de uma solicitação do amigo Mário José Gonzaga Petrelli, que me fez preficiar uma que marca a história brasileira;

Senhora desembargadora, senhores desembargadores, secretários de estado, eminentes deputados da legislatura passada, muitos dos quais aqui presentes que me concederam o título; excelentíssimos deputados que nos honram com as suas presenças; autoridades; senhor prefeito eleito de Florianópolis, deputado Cesar Souza Júnior; autoridades eclesiásticas; eminentes e queridas amigas e amigos.

Agradeço a honraria que agora recebo através da iniciativa da realização desta sessão por parte do presidente, deputado Gelson Merisio, concretizando o ato que foi consequência da proposição do deputado Jorginho Mello, representado, hoje, pelo secretário e seu filho, Filipe Mello, a quem agradeço as palavras aqui proferidas.

Também quero manifestar o meu agradecimento às generosas palavras do deputado José Nei Ascari, velho amigo e companheiro de lutas políticas, que se manifestou em nome das lideranças.

É verdade que para muitos causou estranheza, principalmente aos mais jovens, a iniciativa que hoje se configura como realidade de me ser entregue o título de Cidadão Catarinense.

Filho com sobrenome de duas famílias que governaram, através de seus integrantes, quatro vezes o estado de Santa Catarina, devo começar a esclarecer que não nasci em Santa Catarina, Itajaí, por força das condições políticas da época.

Em 1930, quando a revolução liderada por Getúlio Vargas foi vitoriosa, Adolfo Konder era o governador do estado; Vitor Konder, o ministro de Viação e Obras Públicas; Marcos Konder, prefeito de Itajaí e Irineu Bornhausen, prefeito eleito de Itajaí. Todos tiveram que ser exilados de Santa Catarina, cada um procurando seu campo. E o meu pai voltado especialmente às suas atividades empresariais e com residência já no Rio de Janeiro, transferiu sua família para a capital da República.

O interessante é que em 1935, Irineu Bornhausen foi eleito mais uma vez prefeito de Itajaí, mas em 1937, com o Estado Novo, foi deposto daquela função na sua terra. Nasci, portanto, em função da política, no estado hoje denominado Rio de Janeiro, que à época era o distrito federal, a capital da República. Lá passei parte de minha infância, que também era conduzida nas férias para Itajaí, mais especificamente à praia de Cabeçudas.

Somente em 1952, atendendo à determinação dos meus pais, vim do Rio de Janeiro para Florianópolis, já que Irineu Bornhausen havia sido eleito governador e estava no exercício do mandato desde 1951. Aqui, morando no Palácio Cruz e Sousa, num pequeno quarto lá nos fundos, diariamente eu saía a pé para ir ao Colégio Catarinense, pois mordomias não existiam. Cumpria, assim, o meu dever de estudante. Somente retornei ao Rio de Janeiro em 1954.

No período em que vivi em Santa Catarina pude verificar a existência de uma divergência política forte entre a UDN, partido ao qual meu pai pertencia, e o PSD. Divergência que se acentuava entre famílias, entre clubes sociais, pois o Lira Tênis Clube era da UDN e o Doze de Agosto, do PSD; entre clubes de futebol, o Avaí Futebol Clube era do PSD e o Figuerense Futebol Clube, da UDN. E, por incrível que pareça, até nos cafés um era frequentado pelos udenistas e outro pelos pessedistas. Para mim aquilo era muito estranho. Mas me acostumei a verificar que o meu pai era um conciliador, que mantinha uma conduta correta. E isso fez parte da minha formação: a conciliação.

No Rio de Janeiro completei os meus estudos e em 1961 vim advogar em Blumenau com o meu amigo Rudi Bauer, que comigo abriu um escritório de advocacia. O interessante nessa história de UDN e PSD é que o meu amigo Rudi era filho do adversário do meu pai na eleição de 1935, o líder do PSD em Itajaí, o saudoso Arno Bauer.

Ali comecei a minha carreira e acompanhei, por estar perto do meu pai, as reuniões políticas que ele realizava na UDN, em Florianópolis. Dali veio, em 1964, a Revolução de Março, que foi iniciativa dos civis e que teve o amparo militar para sua concretização, num desabafo de uma sociedade contra os desajustes de um governo então existente.

Em 1965, já em pleno período militar, ocorreu a eleição para governador em Santa Catarina e fui convocado pelo meu primo e querido amigo, Antônio Carlos Konder Reis, para trabalhar no comando de sua campanha, juntamente com Oswaldo Bulcão Vianna e Nilton Cherem. Ali tive a oportunidade de conhecer melhor a política e os integrantes da UDN. Não fomos felizes. Venceu a eleição o PSD, com Ivo Silveira.

Aí chegamos à formação da Arena, com a extinção, em 1966, dos partidos políticos. O PSD era governo. A UDN havia apoiado a revolução. A ordem era unir os dois partidos. Imaginem a dificuldade.

Acompanhei, então, meu pai nessa trajetória de composição de um partido novo, cujo presidente escolhido foi um médico, dr. Armando Valério de Assis, oriundo do PSD, mas um homem de grande habilidade política.

Chegou a hora da convenção para a escolha do candidato a senador da Arena. Dois candidatos: a UDN, com Irineu Bornhausen, e o PSD, com Celso Ramos, ambos ex-governadores do estado. E nós fomos à convenção sem saber o que ia ocorrer. Resultado: o espírito de conciliação prevaleceu. Irineu abriu mão da sua pretensão. Foi feito um acordo entre as alas do ex-PSD e da ex-UDN e houve então a primeira consagração partidária, com o compromisso de participação da ex-UDN na administração e na indicação do cargo de vice-governador, que estava até então vago.

Depois dessa convenção viajei de volta a Itajaí com meu pai e fiz-lhe a primeira pergunta: "Quem vai fazer a campanha do candidato Celso Ramos dentro da UDN?" Ele me respondeu: "Se não houver mais ninguém, eu e você." E a primeira reunião vai ser em Itajaí". Eu aceitei, mas duvidei. E ele continuou

dizendo: "Me coube a indicação do candidato a vice-governador e eu vou indicá-lo". Eu fiquei surpreso. Reagi e disse que se era para indicar um filho, deveria ser o Paulo, mas ele me disse que o Paulo estava muito bem no Banco do Brasil e que precisava ficar para atender Santa Catarina. Eu então citei os nomes de deputados como Fernando Viegas e Afonso Ghizzo, mas ele insistiu. Finalmente eu disse: "Muito bem, mas a Constituição exige que o vice-governador tenha pelo menos 35 anos". Ele me respondeu: "Esse é um assunto que se resolve politicamente, vamos para a campanha!" E fomos. Celso Ramos teve uma grande vitória e a UDN compareceu na campanha. Cumprido o acordo, houve a mudança constitucional, eu assumi o cargo de vice-governador eleito nesta Assembleia Legislativa, no dia 9 de março de 1967.

Cumprí meu mandato com harmonia, agi com lealdade com o governador Ivo Silveira e retirei-me depois para Blumenau. Terminada essa etapa da minha vida pública, achei que ela estava concluída.

Mas aí veio a eleição do partido. Fui colocado como vice-presidente do meu amigo Renato Ramos da Silva. Na ocasião, vinha todas as quartas-feiras para Florianópolis às reuniões da executiva do partido, até que o governador que havia sido escolhido por simpatia, especialmente do PSD, o dr. Colombo Salles, através de integrantes do seu governo, começou a combater as famílias políticas.

O que aconteceu? Houve um atrito com o presidente Renato Ramos da Silva, que renunciou ao mandato de presidente da Arena. Eu assumi, elegi-me definitivamente sem a simpatia do governador e tratei de completar a união do partido, que se deu de forma definitiva com a escolha de Antônio Carlos Konder Reis para ser o governador em 1974.

Eu vim para Florianópolis participar do governo, como presidente do Besc e da Codesc, de onde saí como indicado pelo meu partido para ser o candidato a governador, numa eleição que ocorreu nesta Assembleia Legislativa, por um colegiado formado por deputados e delegados vereadores. Também prestei o meu compromisso e declarei que a prioridade do governo seria a educação. Prioridade das prioridades!

Encontrei o governo bem organizado, com obras em andamento, com recursos em caixa, o que me permitiu, no dia seguinte à minha posse, dar o primeiro passo na melhoria da educação em Santa Catarina, atribuindo aos professores que estivessem em sala de aula uma gratificação que foi denominada de "pó de giz", como lembrou o deputado José Nei Ascari, que permitiu o retorno de cerca cinco mil professores que por motivos diversos estavam fora da sala de aula, aumentando de imediato a qualidade do ensino em Santa Catarina.

Pude realizar várias obras e tive o infortúnio de enfrentar aqui a irracionalidade do presidente João Figueiredo no episódio da Novembro, com a prisão ilegal de estudantes, o que provocou reações justas, populares, que consegui vencer somente através de uma ação junto com o comandante do 3º Exército, que veio a liberar a ilegalidade de então.

A minha popularidade como governador, no meu primeiro ano de mandato - e os políticos conhecem isso -, estava entre péssimo e ruim em 45%. Como sempre achei que a popularidade é uma gangorra que sobe e desce e que a credibilidade nunca pode ser perdida, resolvi dobrar o meu esforço na administração para poder entregar um estado mais avançado. Daí os mil quilômetros de rodovias aqui citados; os 13.000 quilômetros de eletrificação; os

hospitais de Araranguá, Curitiba e Joinville; o início das obras dos hospitais de São José, de Chapecó e de Rio do Sul; as agências do Besc em todo o estado; a Casan em todas as sedes municipais com água tratada; os centros sociais urbanos colocados nas áreas mais pobres de Santa Catarina. Já na Grande Florianópolis tivemos a felicidade de fazer a duplicação da Beira-Mar Norte, o Centro Integrado de Cultura Desembargador Henrique Fontes, o Terminal Rita Maria; em São José, a sede da Fundação de Educação Especial de Santa Catarina e, em Palhoça, o Centro Dom Jaime de Barros Câmara.

Antes de completar o mandato renunciei para disputar o Senado e o resultado final foi a aprovação do governo com a eleição de Esperidião Amin para governador e a minha para o Senado, onde encontrei um clima de perplexidade diante da sucessão do presidente Figueiredo.

Havia uma reação na sociedade à candidatura de Paulo Maluf. Com Marco Maciel e Guilherme Palmeira, iniciamos um trabalho no Senado visando encontrar outra solução. Inicialmente, lançamos a candidatura de Marco Maciel, pedimos as prévias partidárias, o presidente, já do PDS, José Sarney, obteve autorização para a realização das prévias, que depois foi cassada pelo presidente João Figueiredo, o que levou os três mosqueteiros à união também do vice-presidente Aureliano Chaves e do presidente do partido José Sarney. Aí fizemos a dissidência chamada Frente Liberal, a partir do que nasceu a Aliança Democrática com o maior partido de oposição, o PMDB, resultando na eleição do presidente Tancredo Neves.

Acho que foi uma bela passagem na história brasileira, porque dali para frente houve uma transição sem sequelas, com respeito a todos que tinham posições de um lado e de outro lado, com anistia votada e com a instalação da Constituinte, que daria uma nova Carta Magna à nação, que vige até hoje.

Sinto orgulho de ter participado deste momento!

Depois vim a ser ministro da Educação no próprio governo Sarney, dedicando-me mais uma vez àquela causa que transformei na fixação das escolas técnicas, muitas delas construídas em Santa Catarina, para meu orgulho.

Quando sai do ministério, por vontade própria, voltei ao Senado e, na sucessão, deixei de ser candidato à reeleição para permitir a formação de uma aliança pela conciliação, tendo como candidato a governador Wilson Kleinübing e candidato ao Senado Esperidião Amin.

Fui chamado num momento difícil para ser secretário de governo do então presidente Fernando Collor. Tive convivência com o então ministro da Marinha, Mário César Flores. Conseguimos fazer a reforma ministerial; conseguimos fazer com que o governo entrasse nos trilhos, mas não conseguimos deter a denúncia do irmão do presidente. Coube-nos procurar fazer com que houvesse uma transição sem qualquer retorno à inconstitucionalidade.

Foi uma missão difícil, deixou frustrações, evidentemente. Voltei à iniciativa privada. Até que em 1993 fui chamado à presidência do PFL e veio o Plano Real. O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, chamou o deputado Luiz Eduardo, o senador Marco Maciel e a mim para a apresentação do plano. Como não éramos especialistas, economistas, chamamos um ilustre filiado do partido, o professor Mário Henrique Simonsen, a quem apresentamos o plano. Simonsen disse que poderíamos ir em frente porque daria certo. E fomos.

Após o plano ter sido aprovado no Congresso Nacional, em um café da manhã com o ministro Fernando Henrique, os mesmos três personagens a ele disseram: "Do PFL o senhor tem o apoio para ser candidato a presidente da República, busque o apoio do seu partido, o PSDB". E assim ocorreu a aliança que possibilitou a vitória de Fernando Henrique e Marco Maciel, para o bem do Brasil, em função de uma administração fecunda que equilibrou este país de forma definitiva.

Fui chamado pelo presidente Fernando Henrique para ser embaixador em Portugal, missão que me traz gratas recordações, porque não havia nenhum adversário, era todo mundo a favor. Nessa missão pude, pela conciliação, resolver a grande pendência que havia entre os dois países, que era a disputa entre os dentistas brasileiros e os médicos-dentistas portugueses, através de uma lei, com grande auxílio do deputado português João Rui de Almeida.

Voltei, fui candidato a senador em 1998. Minha posição nesse segundo mandato foi de defesa permanente dos interesses de Santa Catarina e na ajuda ao governo do estado. Apresentei três projetos, um da reforma política, que foi aprovado no Senado, com o fim das coligações proporcionais, com o financiamento público de campanha e com as listas partidárias, mas que não teve aprovação da Câmara dos Deputados. Apresentei outro projeto relacionado ao Código de Defesa do Contribuinte, que era uma novidade que traria o equilíbrio fiscal entre o fisco e contribuinte, que o corporativismo conseguiu reter e está até hoje para ser votado no Senado Federal. E apresentei um projeto de reforma constitucional que permitiu que os radioisótopos de curta duração pudessem ser aproveitados para efeitos medicinais. Com isso, conseguimos que o Brasil pudesse importar os aparelhos *pet scan*, que hoje estão aí nos grandes hospitais brasileiros, permitindo que qualquer célula cancerígena seja identificada.

Mas devo dizer que realmente o meu maior orgulho foi o de ter feito a primeira vacinação em massa em Santa Catarina, sob a batuta do professor Alberto Sabin, o que veio a nos livrar dessa terrível moléstia e que, seguido pelos outros estados, fez com que houvesse a erradicação completa no Brasil.

Findei, pois, a minha missão no Senado, continuei na presidência do partido por pouco tempo, acompanhei a transformação, abri o espaço necessário à renovação quando deixei de ser candidato novamente e a indicação do meu partido, muito feliz, foi dada ao atual governador e querido amigo, Raimundo Colombo, que com essas portas pode, com a sua inteligência e trabalho, conseguir ser candidato a governador e tornar-se vitorioso no primeiro turno.

Fundado o PSD, com tantos amigos que foram para lá, os líderes que sempre me acompanharam em Santa Catarina, resolvi desfiliarme e não ingressar em nenhuma agremiação partidária. Portanto, agora apenas dou conselhos a quem me pede, porque não sei se eles são certos.

Quero, pois, agradecer de coração a homenagem que recebo dos srs. deputados estaduais de Santa Catarina, da legislatura passada e desta legislatura; ao presidente Gelson Merisio, que marcou esta sessão; aos catarinenses que sempre me prestigiaram e deram-me a oportunidade de servir ao estado; aos meus familiares, minha esposa aqui presente, meus irmãos, Paulo e Roberto, que foram sempre grandes conselheiros, e aos meus filhos, aqui representados pelo Paulinho.

Agradeço pelo que considero o meu maior patrimônio, os inúmeros amigos que tenho e que me acompanharam durante toda a vida; e, finalmente, a Deus, por me ter dado forças e saúde para cumprir com dignidade e honradez as missões que me foram conferidas.

Muito obrigado!
(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Distintas autoridades que compõe a mesa, senhoras e senhores, em nome de todos os srs. deputados, quero mais uma vez dizer da alegria de podermos dar consequência ao projeto de lei aprovado nesta Casa e que presta essa justa homenagem de reconhecimento a um cidadão de bem, a um cidadão agora catarinense, que nos lega seus ensinamentos e sua experiência e que, muito mais do que isso, concede-nos o prazer de sua amizade valerosa e diária e o convívio que nos permite continuar transformando Santa Catarina num estado melhor para as pessoas, num estado que sirva sempre de referência e de exemplo ao nosso país.

O seu legado, o dr. Jorge Bornhausen deixa com seus filhos, aqui representados pelo Paulinho, pelos seus companheiros e também, quem sabe até, pelos seus adversários, pelo respeito que têm à sua biografia, pelo conhecimento que tem do esforço cotidiano para fazer o bem e para fazer bem feito, o que nos torna uma sociedade diferente.

Quero, de uma forma muito sincera e carinhosa, dizer da alegria que tenho em poder conviver com o amigo Jorge Bornhausen e com a sua família e dizer que essa alegria, tenho certeza, é compartilhada por todos que aqui estão.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

A Presidência agradece a presença de todos que nos honraram com o seu comparecimento, prestigiando esta sessão solene e antes de encerrá-la, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 707, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1.º NOMEAR o servidor **JOÃO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN**, aprovado e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Administrativa.

Art. 2.º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3.º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 708, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1.º NOMEAR a servidora **NATALIA MILACK COLOMBO**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na DF - Coordenadoria de Execução Orçamentária.

Art. 2.º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3.º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 709, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1.º NOMEAR o servidor **JOÃO NADIR GUEDES GONÇALVES**, aprovado e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de

provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 710, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **RONY ALVES DE RAMOS**, aprovado e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 711, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **RENATA BRESCIANI**, aprovada e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Administrativa.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 712, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **MEIBEL PARMEGGIANI**, aprovada e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais/ Gerência de Controle de Frequência.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 713, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES**, aprovada e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Geral/ Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Institucionais.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 714, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **ALINE COVOLO RAVARA**, aprovada e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Geral/ Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Institucionais.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 715, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **CAROLINE CRISTINA CARDOSO RAMOS**, aprovada e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria Legislativa.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 716, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **ANDREIA REGINA FILGUEIRAS**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Eventos/ Gerência Cultural.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 717, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **CLAUDIA FERNANDES DE SOUZA**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Documentação/ Gerência do Centro de Memória.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 718, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Documentação.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 719, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **JANAINA MELLA**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Expediente.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 720, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **GABRIELA PERES**, aprovada e classificada no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Coordenadoria de Contabilidade.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 721, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-alimentação extraordinário, relativo ao exercício de 2012, aos servidores alcançados pelas Resoluções nºs 1344/93 e 009/2005 e aqueles que se encontrem em exercício na Assembleia Legislativa, a ser creditado em parcela única na folha de pagamento do mês de dezembro de 2012, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 2º As despesas com a execução deste Ato correrão à conta do orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 722, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDELSON ELIAS DA SILVA**, matrícula nº 6275, do cargo de Coordenador de Apoio ao Plenário, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 723, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **CLEO FATIMA MANFRIN**, matrícula nº 1876, da função de Gerência de Comissão Parlamentar de Inquérito, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2012 (DL - CC - Coordenadoria das Comissões).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 724, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR CLEO FATIMA MANFRIN, matrícula nº 1876, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de

Apoio ao Plenário, código PL/DAS-6, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 725, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

PRORROGAR até 31 de dezembro de 2014, os efeitos do Ato de Mesa nº 83, de 06 de março de 2012, que colocou a disposição da SDR - São Miguel do Oeste, o servidor **JOACIR MONTAGNA**, matrícula nº 1517, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-62, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 726, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 1285/SDR/GAB/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

PRORROGAR A DISPOSIÇÃO da SDR - Brusque, até 31 de dezembro de 2014, o servidor **IVAN JOSÉ KRIEGER**, matrícula nº 0762, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 727, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3011/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, a contar de 21 de agosto de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 728, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3167/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **LEIA MENDES COOK**, matrícula nº 1287, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, a contar de 22 de novembro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 729, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3064/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **JUCARA HELENA REBELATTO**, matrícula nº 2543, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-66, a contar de 14 de setembro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 730, de 06 de dezembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **PAULO CESAR COSTA**, matrícula nº 1965, da função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de outubro de 2012 (Deputado Cesar Souza Junior).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às dez horas do dia quatorze de novembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Serafim Venzon** reuniu-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: **Manoel Mota, Padre Pedro Baldissera, Sandro Silva e Valmir Comim**. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 4ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o assunto fundamental do encontro que é ouvir a Presidente do CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), Sra. Iza Maria Rosário de Andrade. Esta aproveitou o momento para deixar o convite à Comissão para a próxima reunião do CEDCA à realizar-se dia treze de

dezembro do corrente, na sede da Secretaria da Educação em Florianópolis. O **Deputado Serafim Venzon** elogiou as iniciativas do CEDCA e inclusive relatou o desejo da Comissão em realizar viagem para encontro com a Presidente do CEDCA de Minas Gerais em Belo Horizonte ainda este ano para que haja troca de informações e experiências. Também informou a presença para a próxima reunião da Comissão, da adolescente Isadora Faber, criadora da página de Facebook "Diário de Classe" com a intenção de mostrar a realidade vivida por ela na escola em que estuda e que hoje sofre retaliações por isso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 14 de novembro de 2012.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às dez horas do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Serafim Venzon** reuniu-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: **Dirce Hiderscheidt**, **Manoel Mota** e **Maurício Eskudlark**. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 5ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon**, a *doc*, já que o Deputado Manoel Mota era o relator do Ofício, relatou o PL nº 248. 1/2012 de autoria do **Deputado Sílvio Dreveck** que trata da proibição de rifas e afins por crianças e adolescentes no âmbito de Santa Catarina, exauriu voto favorável para posterior arquivamento, e posto em votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente relatou o assunto fundamental do encontro que é falar sobre os encaminhamentos da Comissão durante o ano. Agradeceu aos Deputados membros da mesma pela colaboração e empenho e manifestou sua satisfação com o auspicioso ano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião, da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2012.

Deputado Serafim Venzon

Presidente
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2483, de 31 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRE RICARDO DE SOUZA, matrícula nº 3430, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

Replicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2679, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GUARANY ABRAAO PACHECO DOS SANTOS**, matrícula nº 7067, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2680, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GUARANY ABRAAO PACHECO DOS SANTOS, matrícula nº 7067, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2681, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA PAULA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2682, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DIRLENE ROSSONI**, matrícula nº 6574, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2683, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DIRLENE ROSSONI, matrícula nº 6574, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2684, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAURO VIVAN**, matrícula nº 6830, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2685, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAURO VIVAN, matrícula nº 6830, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Neodi Saretta - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2686, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DARWIN DE ASSIS BRITO**, matrícula nº 6703, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Angela Albino).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2687, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DARWIN DE ASSIS BRITO, matrícula nº 6703, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de dezembro de 2012 (Gab Dep Angela Albino - São José).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2688, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MELISA BERGONSI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2689, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CLÁUDIO LUIZ SEBEN**, matrícula nº 0485, na DL/CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2690, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce Atividade Parlamentar Externa a contar de 05 de dezembro de 2012.

Liderança do PC do B

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7159	ELISANDRO CARLOS DA ROSA OLIVEIRA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2691, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem Atividade Parlamentar Externa a contar de 03 de dezembro de 2012.

Gab. Dep. Cesar Souza Júnior

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6569	ALEXANDRA LÚCIA SILVEIRA	PALHOÇA
4027	INES WOLLINGER DA CONCEICAO	FLORIANÓPOLIS
2317	IVO SILVESTRE FERREIRA	BIGUAÇU

Gab. Dep. Maurício Eskudlark

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7038	BRUNO KOERICH DA SILVA	SÃO JOSÉ
3388	JERUSA NARA MOSER	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2692, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 05 de dezembro de 2012.

Matrícula	Nome	Código
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	PL/GAB-74
3461	FABRICIO DE SOUZA FARIAS	PL/GAB-71
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-72
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-74
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-68
4028	ALACIR CARDOSO	PL/GAB-47
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-68
4835	GUILHERME MONDARDO JUNIOR	PL/GAB-44
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-74
5716	LUISA KOCH VIRGINIO	PL/GAB-39
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	PL/GAB-74
5912	JOAO LUIZ GOMES	PL/GAB-23
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	PL/GAB-41
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	PL/GAB-50
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	PL/GAB-22
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-42
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-65
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-64
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22
7104	CLÁUDIA MACHADO TAVARES	PL/GAB-33
7140	PABLO AMARAL ANTUNES	PL/GAB-34

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2693, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 05 de dezembro de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1282	RICHARD SILVA
1386	LIANA VALESCA FURTADO TOURNIER BIANCHI
1585	VANEO NIEHUES
2159	VILSON JOSE FLORIANO
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2694, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, contar de 05 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2695, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **CLARICE ROSA KUHL**, matrícula nº 1137, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia - Secretária de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ALVARO SELVA GENTIL FILHO, que se encontra em Licença saúde e férias por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 02 de dezembro de 2012 (DL - CC - Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2696, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MARIA THEREZA FRANZONI DE ARAÚJO** matrícula nº 1093, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CLARICE ROSA KUHL, que se encontra substituindo a Chefia de Comissão Permanente, por 101 (cento e um) dias, a contar de 21 de dezembro de 2012 (DL - CC - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2697, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 01 de dezembro de 2012.

Gab. Dep. José Nei Alberton Ascari

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6809	THATIANE JORGE SCHMITZ	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2698, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 04 de dezembro de 2012.

Gab. Dep. Mauro de Nadal

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7170	ZILDOMAR TEOFILO DEUCHER	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2699, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDELSON ELIAS DA SILVA, matrícula nº 6275, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-83, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2700, de 06 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerado na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
CLAUDIA FERREIRA REGINA	5167	3%	3%	01/11/12	3026/12
ARLETE DA SILVA	4186	3%	3%	11/10/12	3028/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0328/2012

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 0328/2012:

Onde se lê:

"...Ten. Pedro Augusto Gimenez Coste..."

Leia-se:

"...Ten. Pedro Augusto Gimenes Coste..."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2012

Deputado Romildo Títon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta adequa a redação final ao que pretendia o autor, de acordo com os documentos às folhas 4 e 5.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 328/2012

Denomina 1º Ten. Pedro Augusto Gimenes Coste o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar localizado no Município de Rio Negrinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado 1º Ten. Pedro Augusto Gimenes Coste o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar localizado no Município de Rio Negrinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2012

Deputado Romildo Títon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***